

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

CENTRO DE ESTUDOS GERAIS

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

MESTRADO EM CIÊNCIA AMBIENTAL

SOLANGE MARIA DA SILVA NUNES MATTOS

**PERFIL DAS ONG'S AMBIENTALISTAS ATUANTES NA BAÍA
DE GUANABARA, 1990-2001, RJ.**

NITERÓI

2002

SOLANGE MARIA DA SILVA NUNES MATTOS

**PERFIL DAS ONG'S AMBIENTALISTAS ATUANTES NA BAÍA DE
GUANABARA, 1990-2001, RJ.**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós - Graduação em Ciência Ambiental
(PGCA) da Universidade Federal Fluminense, como parte dos requisitos
para obtenção do título de Mestre em Ciência Ambiental.

Orientadora: Profa. Dra. Sandra Hacon

Niterói

2002

M444 Mattos, Solange Maria da Silva Nunes

Perfil das ONG's ambientalistas atuantes na Baía de Guanabara, 1990-2001, RJ/Solange Maria da Silva Nunes Mattos. – Niterói : [s.n.], 2002.

101 p.

Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) - Universidade Federal Fluminense, 2002.

1.Meio ambiente. 2.Organizações não-governamentais.
3.Conservação da natureza. I. Título.

CDD 574.5

**PERFIL DAS ONG'S AMBIENTALISTAS ATUANTES NA BAÍA DE
GUANABARA, 1990-2001, RJ.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Pós - Graduação em Ciência Ambiental (PGCA) da Universidade Federal Fluminense, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciência Ambiental.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Sandra Hacon - Orientadora

Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. José Augusto Drummond

Universidade de Brasília – Co-orientador

Prof. Dr. Júlio Wasserman

Universidade Federal Fluminense

ÍNDICE

Lista de figuras	07
Lista de tabelas	08
Lista de Siglas e Abreviaturas	09
Resumo	10
Abstract.....	11
Agradecimentos	13
Introdução.....	14
Capítulo 1 – Voluntariado: o comportamento solidário na área ambiental.....	18
1.1 – O exercício da cidadania	18
1.2 – Identidade do Terceiro Setor.....	23
1.3 – Visibilidade das Organizações Não-Governamentais – ONG’s.....	26
1.4 – Trabalho Voluntário no Brasil	28
1.5 – Responsabilidade Social.....	32
 Capítulo 2 – Transformadoras ou compensatórias: que tipo de ações desenvolvem as ONG’s ambientalistas?.....	39
2.1 – Sustentabilidade das ONG’s ambientalistas.....	40
2.2 – Amadorismo ou profissionalismo: como atuam as ONG’s ambientalistas?.....	44
2.3 – Substituto ou complemento do estado - qual o papel das ONG’s ambientalistas?.....	47
 Capítulo 3 - Aspectos Gerais da Baía de Guanabara.....	53
3.1 – Aspectos Físicos	53
3.2 – Ocupação Humana	56

Capítulo 4 – Levantamento dos principais projetos ambientais realizados no entorno da Baía de Guanabara no período de 1990-2001, por Organizações Não-Governamentais.	62
4.1 – Material e Métodos.....	63
4.2 – Resultados.....	67
4.3 – Discussão.....	78
Capítulo 5 – Conclusão	92
Bibliografia.....	96
Anexos: Questionários de Entrevistas	102

LISTA DE FIGURAS

<i>Número</i>	<i>Página</i>
1. Mapa da Bacia da Baía de Guanabara.....	54
2. Foto de Satélite da Baía de Guanabara.....	59
3. Foto do Plantio de Mangue da Fundação Onda Azul em Mauá – Magé / RJ	83
4. Foto com Líder Comunitário em Magé / RJ.....	84
5. Foto do Manguezal na Praia da Luz – São Gonçalo / RJ.....	86
6. Foto do Plantio de Mangue da APREC com Voluntários na Lagoa de Itaipu – Niterói / RJ.....	88

LISTA DE TABELAS

<i>Número</i>	<i>Página</i>
1. Relação de Entrevistados	64
2. Ano de Fundação das ONG's entrevistadas	66
3. Objetivos das ONG's entrevistadas	67
4. Público-Alvo das ONG's entrevistadas	68
5. Principais Projetos Desenvolvidos pelas ONG's entrevistadas	69
6. Perfil das ONG's entrevistadas	70
7. Representações das ONG's entrevistadas em Conselhos/Consórcios	71
8. Área de abrangência Geográfica das ações das ONGs entrevistadas	72
9. Participação comunitária nas ONG's entrevistadas	72
10. Infra-estrutura das ONG's entrevistadas	73
11. Projetos desenvolvidos pelas ONG's entrevistadas na Baía de Guanabara	74
12. Metas previstas/realizadas dos projetos desenvolvidos pelas ONG's entrevistadas na Baía de Guanabara	75

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

APREC	Associação de Proteção a Ecossistemas Costeiros
ABONG	Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais
CACEB	Centro Afro da Comunidade Brasileira
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBG	Instituto Baía de Guanabara
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISER	Instituto de Estudos da Religião
Mundo da Lama	Grupo Mundo da Lama
Onda Azul	Fundação Movimento Onda Azul
ONG	Organização Não-Governamental
PDBG	Programa de Despoluição da Baía de Guanabara
Roda Viva	Associação Projeto Roda Viva
SEMADS	Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Rio de Janeiro
Univerde	Centro de Estudos e Atividades sobre Ecologia e Qualidade de Vida

RESUMO

Nos últimos 10 anos observamos que a sociedade civil organizada brasileira vem ocupando espaços cada vez maiores na discussão, formulação e execução de políticas públicas. Representando um mosaico de instituições multi-facetárias dotadas de singular capacidade de ações locais com visão global, focalizamos especialmente as ONG's ambientalistas que atuam num estuário de extrema importância para o Estado do Rio de Janeiro, e que sofre agressões diárias: a Baía de Guanabara. Nossos achados indicam que os projetos de recuperação e/ou preservação ambiental desenvolvidos por estas entidades mobilizam voluntários e a mídia, sensibilizam a população para as questões ecológicas e contribuem para a educação de comunidades urbanas de baixa renda, delineando um relacionamento de homem e meio ambiente de forma holística e configurando novos atores sociais e emprestando maior eficácia às intervenções públicas na recuperação da qualidade ambiental dos ecossistemas do estuário.

ABSTRACT

Over the last ten years we can see that the organized Brazilian civil society has been taking increasingly stronger stands in the discussion, formulation and execution of public policies. This study focused on several non-governmental organizations (NGOs), that comprise a mosaic of assorted institutions endowed with a unique capacity to conduct local actions following the framework of a global perspective. These NGOs are dedicated to environmental issues and have been active in an extremely important and much impacted estuary in the Brazilian state of Rio de Janeiro – Guanabara bay. Our findings indicate that the reclamation and/or preservation projects conducted with the participation of these institutions attract volunteers and the attention of the media, enhance the sensitivity of the general population in relation to environmental problems, and contribute to the education of low-income urban communities. This helps shape a more holistic form of relationship between humans and the natural environment, and aids in the configuration of new social actors. These NGOs also give more efficiency to the interventions of public agencies engaged in the recovery of the environmental quality of the ecosystems found in the estuary.

ao Sérgio,

AGRADECIMENTOS

- Osny Pereira Filho e Jorge Rogério Pereira Alves, do Grupo Mundo da Lama
- Dora Hees Negreiros, do Instituto Baía de Guanabara
- André Augusto Ribeiro, da Univerde
- Janete Abrahão, da Associação Projeto Roda Viva
- Celso Franco
- Samyra Crespo e Neyla Vasertein, do ISER
- APREC Ecossistemas Costeiros
- Gerhard Sardo
- Radamés Marzullo, do IBAMA
- Dioné Marinho, da SEMADS
- Profa. Dra. Selene Herculano
- Prof. Dr. Lizst Vieira
- Prof. Dr. José Augusto Drummond
- MSc. Maria Alice Nunes Costa
- Prof. Dr. Júlio Wasserman
- Profa. Dra. Sandra Hacon

INTRODUÇÃO

Numa sociedade como a brasileira, as sucessivas políticas recessivas com o objetivo de controlar uma inflação galopante levaram a uma das mais desiguais distribuições de renda do planeta, e a conseqüências como o agravamento da pobreza, a violência, a degradação do meio ambiente, entre outros. Neste contexto, que inclui a falência fiscal, gerencial e operacional de muitos setores do estado, organizações não-governamentais ganham visibilidade, pela sua capacidade de negociar com governos e agências de fomento internacionais e de penetrar nas comunidades urbanas de baixa renda (Vieira, 1998). Autores como Petras (1990) e Moller (1991) criticam estas organizações por promoverem a profissionalização do exercício da cidadania e por serem beneficiárias de um processo de empobrecimento. Porém, como frisa Herculano (2000) não se pode negar que, onde falta educação, saúde, saneamento básico, dentre outros, os benefícios que estas organizações trazem para populações locais são bem-vindos.

O fato de estas organizações nascerem, em sua maioria, de iniciativas de intelectuais descontentes com o Estado, lhes confere uma certa credibilidade e lhes dá capacidade de formar redes de comunicações, por representar uma elite do saber. Existe o outro lado da moeda, porém – a de serem usadas pelo próprio Estado, atolado em uma máquina burocrática sucateada incapaz de desempenhar as suas incumbências.

Não se espera que as ONG's substituam o Estado, porém, elas ocupam espaços e lacunas deixados por este, com a característica do privado, baseadas em redes de conhecimentos e em padrões próprios de eficiência e eficácia. Estas instituições não geram nem distribuem lucros, mas movimentam e transferem grandes volumes financeiros no mundo. Tornam-se cada vez mais profissionalizadas e formam um mercado próprio (Garrison, 2000).

A responsabilidade social não é mais exclusiva do Estado. Podemos verificar em pesquisas atuais que a sociedade civil, especialmente as empresas que buscam exclusivamente o lucro, estão aderindo a programas de ações sociais. Seriam elas movidas por um sentimento de altruísmo? Pode ser, porém, numa economia globalizada, uma estratégia que ajude a empresa a desenvolver uma boa imagem junto

aos seus consumidores significa uma vantagem competitiva preciosa num ambiente competitivo (Costa, 2002).

A sociedade civil e o governo cada vez mais estão buscando uma parceria entre si, para formar uma co-responsabilidade pela oferta de bens públicos. Não se quer mais repetir os erros do passado, como as cifras enormes gastas em grandes projetos como o Programa de Despoluição da Baía de Guanabara, no qual houve diversos acidentes de percurso. Já existe um consenso de que os recursos naturais precisam ser geridos de forma sustentável e preservados por quem faz uso deles.

O presente estudo, sem querer esgotar o assunto, busca ser uma contribuição científica no campo das políticas públicas. Com um olhar sobre um importante ecossistema já tão sacrificado por muitas agressões ao longo dos anos, em função da urbanização e industrialização típicas do modelo econômico em que vivemos, o qual cria a exclusão social e a degradação ambiental. Constatamos que as ações de preservação e recuperação ambiental desenvolvida pelas ONGs procuram resgatar uma relação homem e meio ambiente há muito perdida.

Objetivos:

O estudo investiga as seguintes questões: quais são contribuições as ONG's ambientalistas dão com o seu envolvimento em projetos de recuperação ambiental. Elas atuam de maneira sinérgica com o governo e a comunidade local? Estão preocupadas com a eficácia do seu trabalho? Suas ações são capazes de transformar o desenvolvimento local?

O trabalho evidencia novas formas de atuação da gestão descentralizada de políticas públicas no Brasil, com a participação da sociedade civil. Contextualizada em um dos ambientes costeiros mais degradados do país, tanto do ponto de vista ambiental quanto social. A Baía de Guanabara, incluindo sua bacia contribuinte, localizadas no estado do Rio de Janeiro, apesar da importância histórica, econômica, cultural, científica, social e

ambiental, sofre de um processo de destruição que se acentuou com o atual modelo de desenvolvimento urbano-industrial (Amador, 1997).

Mais especificamente, esta pesquisa objetiva verificar a interação entre novas formas de gestão pública descentralizada no contexto de despoluição urbana (projetos de recuperação ambiental na Baía de Guanabara) e a atuação da sociedade civil, aqui representadas pelas ONG's ambientalistas. Pretende-se assim, analisar a atuação dos atores sociais (ONG's, comunidade, governo) como agentes na promoção do desenvolvimento local; verificar de que maneira estes atores mobilizam-se em torno do planejamento e da execução de projetos ambientais e identificar em que medida a comunidade é influenciada pelas ações das ONG's ambientalistas.

Este estudo é desenvolvido em cinco capítulos. O Capítulo 1 tem como objetivo central apresentar referenciais teóricos que apontam para a inovação nas relações sociais. Discutimos o exercício da cidadania e o trabalho voluntário como materialização da responsabilidade individual numa forma de ação coletiva, bem como a responsabilidade social empresarial. No Capítulo 2 buscar-se-á apresentar os conceitos e novos referenciais ligados à relação entre público e privado. Este capítulo pretende analisar o envolvimento das organizações da sociedade civil na redefinição do espaço público a partir dessas novas relações. O Capítulo 3 tem como objetivo apresentar uma breve caracterização física e da ocupação humana da área de estudo (entorno da Baía de Guanabara), bem como identificar os principais problemas ambientais deste estuário. O Capítulo 4 descreve o trabalho de pesquisa efetuado neste estudo, englobando as entrevistas, visitas e levantamento dos dados, bem como a sua análise e discussão dos resultados. Busca-se avaliar, através de um estudo de caso, a atuação das ONG's

ambientalistas com os seus projetos propostos como contribuição para a nova realidade da relação Estado e Sociedade. Ao final do trabalho, apresentamos o Capítulo 5, que recapitula os achados principais da pesquisa e aponta as conclusões.

CAPÍTULO 1 – VOLUNTARIADO: O COMPORTAMENTO SOLIDÁRIO NA ÁREA AMBIENTAL

Presenciamos um período marcado por um processo de profunda e rápida transformação nas sociedades contemporâneas, advindo as transformações tecnológicas do final do século XX, que promovem impactos na economia e mudanças nos paradigmas estabelecidos ao longo daquele século. Neste sentido, vivemos um período de mudança de valores e ruptura de paradigmas o qual influi no comportamento da sociedade. As transformações políticas, econômicas e tecnológicas que conduziram à emergência da globalização refletem em alterações nas condições em que se organizam e desenvolvem as atividades dos indivíduos e das coletividades (Tomassini, 2000).

Neste contexto, o Estado e a sociedade revêm seus papéis e suas inter-relações, na medida em que o mundo começa a valorizar a participação da sociedade civil na busca de melhores condições de vida e bem-estar. Esta concepção permeia o exercício de cidadania, conforme discutiremos em seguida.

1.1 - O Exercício da cidadania

Historicamente o conceito de cidadania, enquanto direito a ter direitos, foi abordado sob variadas perspectivas. Entre elas, tornou-se clássica, como referência, a concepção de Thomas H. Marshall, que, em 1949, propôs a primeira teoria sociológica de cidadania ao desenvolver os direitos e obrigações inerentes à condição de cidadão. Centrado na realidade britânica da época, em especial no conflito frontal entre capitalismo e igualdade, Marshall estabeleceu uma tipologia dos direitos de cidadania. Seriam os direitos civis, conquistados no século XVIII, os direitos políticos, alcançados no século XIX – ambos chamados direitos de primeira geração – e os direitos sociais, conquistados no século XX, chamados direitos de segunda geração (Marshall, 1967; Vieira, 1997).

A definição de cidadania elaborada por Vieira (2001) envolve a relação entre Estado e cidadão, especialmente no tocante a direitos e obrigações. O autor constata que a cidadania e a sociedade civil são noções diferentes: ao passo que a primeira é reforçada pelo Estado, a última abrange os grupos em harmonia ou conflito, mas ambas as noções são empiricamente incertas. A sociedade civil cria grupos e pressiona em direção a determinadas opções políticas, produzindo, conseqüentemente, estruturas institucionais que favorecem a cidadania. Uma sociedade civil fraca, por outro lado, será normalmente dominada pelas esferas do Estado ou do mercado.

Camargo et al. (2001) define Terceiro Setor como um “meio-termo” do ambiente político-econômico, intermediando as relações entre o Estado e o mercado no que tange às questões da melhora social, atua como agente transformador social que constrói uma nova consciência caracterizada pela urgência de reverter indicadores sociais paradoxais à grandeza econômica e à diversidade imensa de recursos naturais que detém o Brasil. É capacitar o indivíduo, o cidadão, de recursos que o tornem ativo perante as desigualdades. No Brasil, é mais abrangente a expressão “sociedade civil”, um plano intermediário de ações que atualmente se distingue tanto do Estado como do mercado. Concebido no século XIX, esse conceito foi revitalizado no período ditatorial, no qual a sociedade sofreu forte demanda por um espaço fora do âmbito do governo para atuar nas causas coletivas, esquivando-se também da lógica do mercado para formar um Terceiro Setor.

O resgate da visão republicana tem uma razão mais geral. Política é uma profissão; a não ser que políticos sejam pessoas de excepcional altruísmo, possibilidade extrema, de rara constatação na história, eles sofrem sempre a tentação de tomar decisões de acordo com os seus próprios interesses e dos grupos de pressão mais poderosos, em vez de levarem

em conta os interesses da comunidade mais ampla. Eis porque o argumento republicano transmite uma advertência que não pode ser ignorada: se não houver uma atuação para impedir esse tipo de corrupção política, que prioriza os grupos de pressão em relação aos direitos coletivos, não será surpresa se for encontrada situação em que os direitos dos cidadãos funcionam à revelia das decisões políticas (Vieira, 2001).

Vieira (2001) também observa que as associações da sociedade civil e os movimentos sociais têm sido mais analisados do ponto de vista da construção da cidadania democrática e das novas relações Estado e Sociedade do que como instância de produção de bens e serviços sociais. No entanto, vem se intensificando cada vez mais a transferência da responsabilidade da provisão de bens e serviços, anteriormente a cargo do Estado, para o setor público não-estatal. Em sua dimensão produtiva, o setor público não-estatal, também chamado “terceiro setor”, “setor social”, “organizações da sociedade civil” ou “organizações não-lucrativas”, é constituído por organizações privadas sem fins lucrativos dedicadas à produção de bens e serviços públicos (Costa Júnior, 1997).

Segundo Mário Shiavo (apud Camargo et al., 2001) a dinâmica do mercado é constituída de três elementos:

- Mercado comercial: representado pela atuação do setor privado, baseia-se na comercialização de bens e serviços, a fim de satisfazer dadas necessidades dos clientes, como retorno obtém o **lucro** pelo qual as instituições que compõem este mercado são movidas.
- Mercado assistencial: engloba as entidades que prestam um assistencialismo paliativo, são atividades que não atacam sistematicamente a origem do

problema, o que faz com que essas organizações se sustentem pelo patrocínio das injustiças sociais, não as eliminando para não se auto-extinguirem.

- Mercado social: formado pelas entidades que geram um comportamento que oferece à sociedade um retorno efetivo na forma de resultados. Os agentes sociais (ONGs, fundações, associações) procuram identificar e combater o problema matriz e criam condições para que ele não retorne.

Reforçando a idéia de transformadores sociais, Herculano (2000) afirma que as Organizações Não-Governamentais – ONG's¹ – e os Movimentos Sociais têm se apresentado no cenário brasileiro como alternativas de exercício de cidadania e como atores políticos necessários para se alcançar o desenvolvimento sustentável. Isto é dito com base na própria autodefinição das ONG's e Movimentos Sociais:

“espaços públicos por fora da esfera do Estado, responsáveis pela instituição de novos valores, normas e padrões de comportamento que questionam profundamente o atual modelo de desenvolvimento” e que por isso “são hoje, talvez, os atores potencialmente mais capazes de romper com a lógica individualista e predatória” (Fórum das ONG's e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, 1992; apud Herculano, 2000).

Na visão da autora, as ONG's e Movimentos Sociais são atores que promovem a um só tempo justiça social e equilíbrio ambiental. Por serem organizações privadas movidas pelo interesse público e sem fins lucrativos, representam um lado da Sociedade Civil que está em contraposição ao mundo da produção representado pelo mercado que, juntamente com o Estado, tem promovido um crescimento econômico desigual, socialmente injusto e

¹ A sigla ONG apareceu pela primeira vez no âmbito das Nações Unidas, em referência às organizações que formulavam políticas e que mantinham posturas claramente não-governamentais.

degradador do meio ambiente. Tendo em vista que o setor privado não é capaz de suprir todas as necessidades humanas, uma vez que interesses coletivos usualmente não correspondem a investimentos lucrativos. Entretanto, o mercado depende dos trabalhos do Terceiro Setor, pois ele lida com o desenvolvimento do ser humano, que é o consumidor dos seus produtos e serviços (Camargo, op. cit.).

As crises econômicas aliadas à globalização propiciaram um redesenho da luta pelos direitos humanos e sociais. Pessoas e grupos se juntam em busca de objetivos em comum. As Organizações Não-Governamentais surgem como canais não-oficiais, dando apoio a micro-projetos sociais dirigidos para o nível local. As ONG's mobilizam pessoas e ideais com interesses localizados, mas potencialmente universalizáveis, para executar ações sociais sem fins lucrativos de caráter voluntário (Fernandes, 1995).

O poder antes localizado no Estado agora dá lugar à noção de poder difuso, que se estende por uma rede de relações e por campos setoriais, como grupos de ambientalistas, mulheres, étnicos, dentre outros. Múltiplas percepções se traduzem em modo diferente de entender a estrutura do mundo, das relações pessoais e interpessoais. Surge uma grande pressão para mudar a visão do mundo, a cultura e a ética (Costa, 2002). As iniciativas da sociedade civil apontam para o surgimento de uma nova cultura política, já que as práticas sociais são orientadas por um novo nível de condutas, normas e valores em relação ao interesse público (Avritzer, 1995). A consciência segundo a qual o Estado não é o provedor único de bens e serviços destinados a um interesse coletivo decreta o fim do paternalismo,

cultura em que competia à sociedade a mera reivindicação ao setor público dos impasses sociais, sem que ela adotasse uma postura pró-ativa (Camargo, op.cit.).

Porém, os movimentos da sociedade civil têm diversas facetas que nem sempre causam impactos positivos. Eles representam um mosaico de diversas linhas de pensamento e de graus de representatividade da sociedade, nos interessando aqui o segmento ambientalista.

1.2 - Identidade do Terceiro Setor

O mundo das ONG's tem produzido uma literatura dedicada a definir os seus contornos, características, objetivos e estratégias, a exemplo do IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, e ISER - Instituto de Estudos da Religião. Assim é que, dentre outros, Fernandes (1994) e Civicus² (1995) tratam da emergência de uma sociedade civil que denominam como um terceiro setor, algo que nem é Estado, nem é mercado: é um setor privado, mas público, formado por institutos, associações, fundações, filantropias empresariais, organizações não-governamentais, entidades de classe, associações profissionais, movimentos sociais os mais variados, cujo motor comum é o interesse público e a construção do bem comum. São, enfim, uma imensa gama de entidades atuando nas mais diversas áreas sociais, movidas por um suposto sentimento altruísta.

Isso coloca perguntas que não são fáceis de serem respondidas: O que motiva as pessoas a agirem assim? Será altruísmo ou alguma forma de interesse? O que são essas entidades?

Organismos sem fins lucrativos ou não-governamentais? Afinal, o que é o Terceiro Setor? Será possível colocar debaixo do mesmo guarda-chuva fundações, sindicatos e terreiros de umbanda? Embora tenhamos dificuldades em definir o terceiro setor, podemos afirmar, de forma mais ou menos aproximada, quais são e o que são essas organizações não-governamentais que o compõem, mesmo que se duvide de que elas sejam motivadas por outras razões que não o lucro. Podemos até mesmo ver muitas delas conquistando espaço na mídia, mas a maioria não aparece e por vezes sequer desconfiamos que existam (Costa Júnior, 1997).

A razão de existência do Terceiro Setor reside no fato de este ser um setor da sociedade que possui um dinamismo e um conhecimento ímpares das necessidades específicas de uma comunidade, nível inatingível pelo Estado centralizador e burocrático. O reconhecimento por parte do Estado da competência dos agentes da sociedade civil aponta para a descentralização da responsabilidade social numa nação caracterizada pela complexidade de culturas, extensão territorial e variedade de necessidades sociais. A institucionalização das demandas em canais próprios – seja sob a forma de um movimento social organizado, seja em associações de apoio às organizações populares – gerou um duplo fenômeno. O primeiro foi a criação de estruturas formais de levantamento, sistematização e encaminhamento de demandas. O segundo foi a constituição de uma rede de solidariedade entre as diversas estruturas formais criadas. Esses dois fenômenos conferiram às ONGs legitimidade para suas ações (Camargo et al., 2001).

² World Alliance for Citizen Participation (Aliança Mundial para a Participação dos Cidadãos), rede global pela cidadania lançada em 1993 em Barcelona.

Para Garrison (2000) a sociedade civil brasileira é multi-facetada, capaz e, de modo geral, bem sucedida na organização e promoção do desenvolvimento em nível local. Seu estudo aponta que as ONG's têm sua origem em três instituições: igreja, mundo acadêmico e partidos políticos, sendo que a maior parte foi criada por lideranças fortes e independentes, a exemplo do sociólogo Herbert de Souza fundador da ONG IBASE cuja idéia de dimensão organizativa da sociedade urbana no Brasil ele assim sintetizava:

“Enquanto o governo federal tenta destruir o Brasil e a democracia por cima, a sociedade reconstrói pela base, ocupando os espaços sociais, políticos, econômicos e culturais das cidades, onde afinal vive e mora todo mundo” (Souza, 1992).

Na percepção do estudo do Banco Mundial (Garrison, op.cit.), durante a última década as ONG's vêm vivenciando transformações profundas em seus paradigmas conceituais e estruturas organizacionais, transformando-se em entidades mais propositivas, especializadas e voltadas para a obtenção de resultados. Refletindo a mais importante mudança demográfica das três últimas décadas, a migração do campo para a cidade, a principal população beneficiária das ONG's é a urbana de baixa renda.

O termo ONG's no contexto brasileiro refere-se a organizações cujas atividades variam da prestação de serviços à formulação e análise de políticas públicas. São também conhecidas como “organizações de apoio às bases”. As ONG's são legalmente consideradas como sociedades civis sem fins lucrativos, identificadas no Artigo 16.I do Código Civil Brasileiro. Com a promulgação em 1999 da nova lei do Terceiro Setor (Lei 9.790), as ONG's podem agora optar por serem legalmente classificadas como organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPs), o que as distingue com mais nitidez de outras entidades sem fins lucrativos. A partir de 1992, com o papel de

destaque que as ONG's tiveram na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92), a grande imprensa e formadores de opinião começaram a notar a crescente relevância deste segmento (Garrison, op.cit.).

A reforma do Estado passa pela idéia de se compartilhar a responsabilidade do bem-estar social com o mercado e sociedade civil. Neste sentido, vem ocorrendo em diversos países, a transferência de responsabilidades para o cidadão e para o mercado a proteção ambiental e os serviços sociais (Reilly, 1999). Como veremos a seguir, isto denota certa visibilidade para as Organizações Não-Governamentais.

1.3 – Visibilidade das Organizações Não-Governamentais – ONG's

Embora as organizações não-governamentais representem um dos segmentos de menor porte na sociedade civil, são as que tem maior visibilidade (Garrison, 2000). Elas têm sido chamadas de “*nova realidade sociológica na América Latina*” (Fernandes, 1985) e de “*microorganismos do processo democrático*” (Souza, 1992). No Brasil dos anos 90 temos ONGs de todos os tipos e tamanhos. Um grupo muito forte é constituído pelas entidades ambientalistas e ecológicas de uma forma geral, que nasceram acompanhando a existência dos movimentos. Outro grupo é formado pelas ONGs de assessoria a movimentos populares (Camargo et al., 2001).

Segundo o levantamento do Banco Mundial (Garrison, op. cit.), o setor de ONG's brasileiras é o resultado de um nível sem precedentes de efervescência social, processo que começou no início dos anos 60 sendo, porém, interrompido pelo golpe militar de 1964. Dezenas de milhares de Comunidades Eclesiais de Base, associações de pequenos

produtores, cooperativas rurais e associações de bairros se espalharam por todo o país neste período.

Com o advento do processo de redemocratização no final da década de 70, mais uma vez as ONG's puderam desenvolver-se livremente, desta vez encontrando um solo fértil onde proliferar. Além de se constituírem em importantes atores no grande movimento pela democracia que pressionava pela anistia e abertura política, as ONG's também foram beneficiárias diretas deste processo. Já no início da década de 80, as ONG's podiam estabelecer-se livremente e trabalhar abertamente junto a suas bases comunitárias. Em meados da década de 80, muitas delas já estavam atuando no âmbito das políticas públicas, tentando influenciá-las em áreas diversas como dívida externa, reforma agrária, direitos humanos e meio ambiente. A exemplo do que ocorreu em outros países da América Latina, as ONG's no Brasil foram ao mesmo tempo catalisadoras e a mais clara evidência de uma florescente sociedade civil.

A maior parte das ONG's foi criada para responder a demandas provenientes da base por organização comunitária, treinamento especializado, assistência técnica e análise de políticas públicas. Outras nasceram da necessidade de engajamento nos grandes temas da sociedade brasileira, como o aumento da pobreza, a ineficácia de políticas sociais do governo e a abertura política. Esta capacidade de mobilização adquirida pelas ONG's possibilita agregar pessoas num objetivo comum e inculcar valores de desenvolvimento sustentável nas comunidades objeto de sua ação, promovendo o trabalho voluntário em prol do meio ambiente ou da sociedade.

1.4 – Trabalho Voluntário no Brasil

O Trabalho Voluntário incentivado pelas ONG's pressupõe uma consciência de coletividade definida por Schmitz (1998): quando os indivíduos internalizam a responsabilidade pelo seu próprio bem-estar, pelo seu futuro e pelas conseqüências de suas ações, terão habilidade de aceitar a responsabilidade pelo outro. Assim, a responsabilidade individual internalizada tomará forma coletiva. A responsabilidade moral não pode ser imposta ou estabelecida por legislação, é uma iniciativa individual. Portanto, somos moralmente responsáveis quando temos consciência de nossos atos. Essa consciência depende da capacidade das instituições de internalizar valores de responsabilidade individual. As preocupações com a vida social recaem sobre a responsabilidade dos cidadãos. Contudo, a sociedade é um agregado de indivíduos interagindo entre si, e o bem-estar é derivado das inter-relações entre esses indivíduos.

Morin et al. (1998) vai um pouco além ao prever que parte da responsabilidade individual pressupõe uma ética solidária e fraterna comprometida com os destinos do planeta. Diante da enormidade dos problemas sociais e ambientais, os cidadãos e a sociedade são conclamados a compartilharem responsabilidades na resolução desses problemas. Neste sentido, percebe-se o **trabalho voluntário como materialização da responsabilidade individual numa forma de ação coletiva.**

Segundo Fonseca (2001) o voluntário *“é aquele com capacidade de doação, que, com seu espírito altruísta, dispõe-se a desenvolver um tipo de trabalho sem interesse de retorno material, valorizando sua satisfação por colaborar, direta ou indiretamente, para o bem - estar de terceiros”*. O autor se referencia ao movimento Viva Rio, uma

atuante ONG do Rio de Janeiro, promotora do voluntariado, a qual define que "*voluntário é o cidadão que, motivado por seus interesses pessoais, doa tempo de trabalho ou recursos financeiros a atividades que objetivam melhorar as condições de vida da comunidade*". Em sua cartilha de orientação, o Centro de Voluntariado de São Paulo (1998) adota a definição da Organização das Nações Unidas - ONU para o voluntário: "*jovem ou adulto que, devido ao seu interesse pessoal, dedica parte de seu tempo, sem remuneração alguma, a diversas formas de atividades, organizadas ou não, de bem - estar social ou em outros campos.*".

A Lei Nº 9.608, de 18/02/1998, que trata do trabalho voluntário em seu Art. 1º., considera serviço voluntário como: *a atividade não remunerada, prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza ou instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive, mutualidade.*

Em estudo realizado pela Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança (apud Camargo et al., 2001), definiu-se o voluntário como ator social e agente de transformação, que presta serviços não-remunerados em benefício da comunidade. Doando tempo e conhecimentos, o voluntário realiza um trabalho gerado pela energia de seu impulso solidário, atendendo tanto às necessidades do próximo ou aos imperativos de uma causa, como às suas próprias motivações pessoais, que podem ser de caráter religioso, cultural, filosófico, político ou emocional. Ao analisar os motivos que despertam para o trabalho voluntário, descobrem-se, entre outros, dois componentes fundamentais: o de cunho pessoal, a doação de tempo e esforço como resposta a uma inquietação interior que é levada à prática, e o de caráter social, a tomada de consciência dos problemas ao se

enfrentar a realidade, o que leva à luta por um ideal ou ao comprometimento com uma causa.

Uma das razões freqüentemente apontadas para o engajamento em trabalhos voluntários é o fato de que nas atividades diárias não existem muitos desafios, realizações e nem liberdade de ação suficiente, e nas empresas em geral não há uma missão, mas apenas conveniência. Também, é comum que as pessoas realizem alguma atividade ‘socialmente útil’ como forma de retribuir à sociedade todo o conhecimento e as experiências adquiridos ao longo da vida ou apenas para ter uma ocupação do seu tempo livre, às vezes consequência de desemprego. Outro forte motivo alegado é a necessidade interior de fazer o bem, uma satisfação íntima pelo prazer de servir, estar bem consigo mesmo beneficiando o outro, dando de si, sem esperar nada em troca (Camargo et al., op cit).

Quando nos referimos ao voluntário contemporâneo, engajado, participante e consciente, diferenciamos também o seu grau de comprometimento: ações mais permanentes, que implicam maiores compromissos, requerem um determinado tipo de voluntário e podem levá-lo inclusive a uma ‘profissionalização voluntária’; existem também ações pontuais, esporádicas, que mobilizam outros perfis de indivíduo. Verificam-se certas mudanças nos padrões do voluntariado nos últimos anos. As pessoas estão mais interessadas em se envolver em um número maior de causas, oferecendo seu trabalho voluntário em diferentes atividades. Também atuam mais na defesa dos direitos e no ativismo político. Ao mesmo tempo em que ainda desejam se envolver com atividades de serviço, também desejam atuar por meio de petições,

abaixo-assinados, influência nas políticas públicas e outras formas ativas de participação cívica. É necessário considerar a crescente noção de cidadania e de defesa de direitos humanos e sociais presente na sociedade contemporânea (Camargo et al., op cit).

No intuito de perceber a sensibilidade dos brasileiros quanto ao trabalho voluntário, o Datafolha realizou uma pesquisa com 2.830 pessoas de 127 municípios de todos os Estados do país. Ela revelou que 83% dos brasileiros considera o trabalho voluntário muito importante para o país, mas somente 28% participa ou já participou de alguma instituição ou campanha como voluntário, prestando serviços para a comunidade. Quando perguntadas se tinha vontade de trabalhar como voluntárias em alguma instituição, 48% disse que sim.. O principal motivo que leva alguém a realizar um trabalho voluntário é a vontade de ajudar ao próximo (26%), seguido pela vontade de ajudar aos necessitados (25%). Já entre os que não gostariam de trabalhar como voluntários, o motivo principal é a falta de tempo (32%) (*Folha de São Paulo*, 2001). Os resultados desta pesquisa demonstram um alto potencial para o desenvolvimento do trabalho voluntário e um sentimento de solidariedade entre os brasileiros.

Verifica-se assim a existência de um terreno fértil na sociedade brasileira para o desenvolvimento de ações coletivas que incutem idéias de valorização do meio ambiente nos cidadãos de forma a obter uma consciência coletiva de responsabilidade individual. Fonseca (2001:34) entende que o *“valor do trabalho e, por conseguinte, o valor do trabalho voluntário, agrega também valores intangíveis humanistas à expressão econômica, suprimindo lacunas sociais ou ecológicas”* e movimentando ano a ano cifras cada vez maiores. O autor cita pesquisa realizada pela Universidade John Hopkins, nos

EUA, coordenada no Brasil pelo Instituto Superior de Estudos da Religião – ISER, o Terceiro Setor movimentou no mundo cerca de US\$1,08 trilhão em 1995 (*Folha de São Paulo*, 1999). No mesmo ano o setor voluntário movimentou no Brasil US\$11 bilhões, equivalentes a 1,5% do PIB nacional à época. Considerando apenas as doações, segundo a pesquisa do ISER encomendada ao IBOPE, as entidades filantrópicas no Brasil receberam em 1997 cerca de R\$1,1 bilhão (*Folha de São Paulo*, 1999).

Diante disto, percebe-se que as altas cifras movimentadas por este setor denotam a sua importância e força. A princípio o trabalho voluntário seria movido por sentimentos idealistas, mas ele agrega valor em seu exercício, traz benefícios para a sociedade, e desperta o interesse de financiadores empresariais.

1.5 – Responsabilidade Social

Responsabilidade social, conceito adotado para organizações privadas socialmente responsáveis, refere-se às estratégias de sustentabilidade à longo prazo das empresas que, em sua lógica de desempenho e lucro, passam a contemplar a preocupação com os efeitos sociais e/ou ambientais de suas atividades, com o objetivo de contribuir para o bem comum e para a melhora da qualidade de vida das comunidades. Assim, a responsabilidade social corporativa expressa compromissos muito mais amplos do que aqueles previstos em lei, como as obrigações trabalhistas, tributárias e sociais; o cumprimento das legislações ambiental e de uso do solo, entre outras. Expressa, principalmente, a adoção e disseminação de valores, condutas e procedimentos positivos dos pontos de vista ético, social e ambiental (Camargo et al., 2001).

O aspecto social do setor empresarial teve início na década de 70 com o “aumento da contestação da expansão econômica quantitativa”, cuja expressão máxima foi o primeiro relatório do Clube de Roma, também denominado “Relatório Meadows”, sobre os limites do crescimento (1972). A responsabilidade social, assumida de forma consistente e inteligente pela empresa, pode contribuir de forma decisiva para a sustentabilidade e o desempenho empresarial. Surge um clima de maior simpatia para a imagem da empresa, esta deixa de ser a vilã, responsável pela prática de preços abusivos, demissões e fonte geradora de lucros exorbitantes e, em muitos casos, a responsável pela depredação da natureza. Torna-se uma empresa-cidadã, que se traduz numa imagem corporativa de consciência social comprometida com a busca de soluções para os graves problemas sociais que assolam a comunidade. Muda sua imagem, fruto do seu novo posicionamento de empresa-cidadã (Melo Neto & Froes, 1999).

O investimento social agrega valor à imagem da empresa, trazendo como consequência uma imagem positiva perante empregados, fornecedores, consumidores, colaboradores, investidores, competidores, governos e comunidades. Atualmente fabricar um produto de qualidade não é mais suficiente: o valor ético tornou-se muito importante. As ações empresariais na área social oferecem retornos tangíveis e intangíveis, sob a forma de fatores que agregam valor, reduzem custos e trazem o aumento de competitividade. Entre esses fatores destacam-se: melhora da imagem corporativa; criação de ambientes endógenos e exógenos mais favoráveis; redução do absenteísmo e elevação da autoestima dos empregados; estímulos para a melhora dos processos de produção; incremento da demanda de produtos, serviços e marcas; ganho de participação no mercado; redução das instabilidades política, social e institucional local. A atuação do setor privado na área social passa a ser uma questão estratégica para a sustentabilidade

diante dos olhos exigentes de consumidores, investidores, fornecedores, colaboradores e funcionários (Camargo et al., op cit.).

O retorno social institucional ocorre quando a maioria dos consumidores privilegia a atitude da empresa de investir em ações sociais e o desempenho da empresa obtém o reconhecimento público. Como consequência, a empresa vira notícia, potencializa sua marca, reforça sua imagem, assegura a lealdade de seus empregados, fideliza clientes, aumenta sua participação no mercado, conquista novos mercados e incrementa suas vendas, além de obter incentivos fiscais. O retorno social corresponde aos ganhos materiais e imateriais obtidos pela empresa investidora que canaliza recursos para projetos sociais e ações comunitárias de interesse da comunidade e do governo local.

O relacionamento entre o empresariado e a sociedade civil ainda é incipiente no país. Segundo dados da Business & Community Services, empresa de consultoria em projetos sociais, sediada na Califórnia, as empresas norte-americanas investem em média 1% de seus lucros brutos em ações sociais (Vassalo, 1998). No Brasil, a situação é bem diferente, as 500 maiores empresas brasileiras gastam anualmente US\$ 2,8 bilhões em segurança patrimonial e apenas US\$ 18 milhões por mês em filantropia (Kanitz, 1998). Contudo, uma nova mentalidade começa a ser formulada; tem crescido o interesse de grupos de empresários em atuar na área social, bem como a popularização da idéia de responsabilidade social. Como podemos observar em dados da pesquisa “Ação Social das Empresas Privadas” realizada pelo IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (1999), o número de empresas do Sudeste que realiza ações sociais em favor da comunidade é expressivo e vem crescendo muito desde do início dos anos 90. Dois terços das empresas da região realizam algum tipo de atividade social não-

obrigatória. A década de 90 marca o início de uma nova participação no campo social, mais estruturada e pró-ativa.

Não só as empresas têm operado profundas mudanças de comportamento. O consumidor brasileiro, seguindo uma tendência mundial, começa a despertar para seu poder de influência no papel social do setor produtivo. Pesquisa encomendada pelo Instituto Ethos e o Jornal Valor Econômico, realizada no Brasil pela Indicator Opinião Pública, mostra que no ano de 2001, 31% do universo das 1.002 pessoas entrevistadas puniram ou prestigiaram empresas com base em suas avaliações sobre prática, ou não, da Responsabilidade Social. A pesquisa brasileira seguiu os moldes do estudo feito pela Environics International, instituto canadense que mediu as opiniões de 25.247 pessoas em 23 países diferentes sobre o mesmo tema. O consumidor brasileiro não está tão sintonizado quanto o australiano ou o americano, mas inicia um processo de descoberta de seu poder de retaliação às organizações que desrespeitam o consumidor, poluem o meio ambiente e que demitem seus funcionários como primeira medida em tempos de crise. O estudo brasileiro mostra que a Responsabilidade Social começa a ser um conceito assimilado pelas pessoas físicas, num movimento que segue o avanço do reconhecimento dos direitos dos consumidores. Entre os entrevistados, 24%, deliberadamente, compraram produtos ou falaram bem de empresas que colocam em prática o termo Responsabilidade Social. Na média mundial, segundo revelou a pesquisa feita em 23 países, dois em cada três cidadãos acreditam que as empresas devem ir além de seu modelo padrão de atuação e têm que assumir o compromisso com a melhoria dos índices que medem a qualidade de vida da população.³

³ v. página na internet www.ethos.org.br

No Brasil, o início dos anos 90 foi marcado pela confluência de vários processos – abertura da economia; privatização das empresas estatais; crise política e econômica; fortalecimento da sociedade civil, a exemplo da ação da cidadania; maior envolvimento de ONG's; busca de melhoria na qualidade dos processos de gestão das empresas nacionais – acompanhados de mudanças no mercado de trabalho, redução na capacidade de atuação do Estado e um crescente envolvimento das empresas privadas em ações sociais. Este processo resultou na discussão sobre as fragilidades e as potencialidades do Estado para contribuir para avanços nas suas relações com a sociedade e para a valorização das parcerias público/privado na elaboração e implementação de políticas sociais (IPEA, 2001).

A responsabilidade social empresarial passa a se diferenciar da filantropia, na medida em que compartilha projetos comunitários da empresa com a sociedade. A filantropia se limita à doação de recursos à comunidade. A cidadania empresarial e o desenvolvimento sustentável coadunam em um mesmo objetivo, tendo em vista a definição do Conselho Mundial Empresarial sobre Desenvolvimento Sustentável⁴ : *“Desenvolvimento sustentável significa adotar estratégias de negócio que atendam às necessidades da organização, do ser humano, da comunidade, ao mesmo tempo em que, mantêm os recursos naturais para as próximas gerações”*. A responsabilidade social passa a ser compartilhada pela sociedade organizada no trato com o bem público.

A exemplos de investimentos na área ambiental no Brasil temos a Usiminas⁵ que se destaca na área de educação ambiental através do programa de áreas verdes e o plano ecológico integrado. Nas décadas de 60, 70, 80 e 90, a empresa investiu R\$ 411 milhões

⁴ World Business Council for Sustainable Development/WBCSD, ver página na internet www.geocities.com.

em sistemas e equipamentos de controle da qualidade do ar e aproveitamento de resíduos. A Cemig⁶, no âmbito do meio ambiente, investiu mais de R\$ 10 milhões em estudos e pesquisas, ações de preservação e educação ambiental, e implantação de estruturas e reservas de fauna e flora e desenvolvimento de tecnologia de reflorestamento ciliar . Os investimentos da Belgo-Mineira⁷ em meio ambiente também são expressivos, no período 1995-98 foram investidos R\$ 145, 52 milhões. A empresa mantém dois centros de educação ambiental – CEAM, atuando fortemente em educação ambiental em parceria com escolas e órgãos do setor, e criação do Prêmio Belgo-Mineira de meio ambiente, com o objetivo de mobilizar estudantes da rede pública para a conscientização ambiental. A Samarco obteve a certificação ambiental ISO⁸ 14001 e as usinas desenvolvem projetos e ações de preservação ambiental .

A captação de recursos no setor privado é, em geral, dificultada pela ausência de uma tradição brasileira de investimento social da empresa. A tomada de consciência por parte das empresas de sua responsabilidade social é um fenômeno recente, porém em rápido crescimento no Brasil. A receptividade dos financiadores aumenta sensivelmente quando, no projeto, constam também os indicadores de seu sucesso e os meios pelos quais ele poderá se medido. Uma pesquisa realizada pela empresa de consultoria Kanitz & Associados estimou em torno R\$ 1,728 bilhão o total de investimentos pelas 400 maiores entidades filantrópicas do Brasil em projetos sociais. Acredita-se que em nosso

⁵ Balanço Social 98 - Usiminas, Gazeta Mercantil e O Globo, 06/04 a 25/07/1998.

⁶ Balanço Social 98 – Cemig, op. cit.

⁷ Belgo-Mineira. Balanço Social/Social Report 1998, op.cit.

⁸ A ISO - International Standards Organization é uma federação mundial de entidades nacionais de normalização, que congrega mais de 100 países, representando 95% da produção industrial mundial. Trata-se de uma organização não-governamental, constituída em 1987, em Genebra-Suíça. Consiste num conjunto de procedimentos e técnicas sistêmicas que buscam dotar uma organização dos meios para definir a política ambiental e que assegura o atendimento dos principais requisitos: sistemas de gestão ambiental, auditoria ambiental, aspectos ambientais das normas de produtos, análise do ciclo de vida do produto e desempenho ambiental (Sebrae, 1998).

país o total de investimentos das empresas privadas em atividades sociais devam girar atualmente em torno de US\$ 300 milhões⁹.

O conceito de cidadania é, então, reformulado. Não se trata mais de apenas exercer o dever do votar, de respeitar as leis e esperar que o Estado atenda às necessidades da população. Cidadania é contribuir e participar na congregação dos segmentos heterogêneos da sociedade, abandonando a exclusividade pelos direitos individuais e assumindo também a causa coletiva. O terceiro setor age no sentido de sobrepor os interesses coletivos aos individuais ou institucionais. O voluntariado exerce um papel integrador, reunindo indivíduos, grupos, instituições. Assim como produz novas idéias sobre comportamento social, e é ativo também na preservação de antigas tradições e valores da cultura. As empresas socialmente responsáveis despertam para o retorno social que os investimentos nesta área trazem agregando valor institucional. As ONG's têm papel importante neste contexto, são agentes sociais que proporcionam espaços para transformações na sociedade como veremos no capítulo seguinte.

⁹ Lippi, Roberta. "Terceiro Setor espera retomar o crescimento", *Gazeta Mercantil*, 18/05/99, p.A-7.

CAPÍTULO 2 – TRANSFORMADORAS OU COMPENSATÓRIAS: QUE TIPO DE AÇÕES DESENVOLVEM AS ONG’S AMBIENTALISTAS?

Na discussão do capítulo anterior vimos que a crise do Estado, os altos índices de inflação, a adoção de políticas de ajuste, a globalização, o desemprego, o acentuado empobrecimento da população e o aumento das desigualdades sociais impactaram sobre a vida dos indivíduos e da sociedade de maneira geral. Surge o desafio de enfrentar a pobreza e a injustiça social. A distinção entre público e privado vem sofrendo um processo de transformação. A melhoria da capacidade organizativa da sociedade propicia um avanço nos direitos da cidadania. As ONG’s, no Brasil, surgem como um tipo peculiar de organização da sociedade por ser um agrupamento de pessoas, estruturado sob a forma de uma instituição da sociedade civil, que se declara ser sem fins lucrativos, tendo como objetivo lutar por causas coletivas e/ou apoiá-las. Este capítulo tem por objetivo discutir as ações que estas organizações promovem, bem como as perspectivas que elas possuem.

Na concepção do sociólogo alemão Claus Offe¹⁰, surge uma nova ordem social cuja principal base e estruturação é o funcionamento do Terceiro Setor. O exercício da “cidadania responsável”, que surge da base, oriunda da influência e das relações e das ações das entidades comunitárias. Não é aquela cidadania antes conferida e legitimada pelo Estado, carente das ações do governo. Mas, sim, a cidadania, que é obtida e assegurada através das ações efetivas da comunidade. Trata-se de uma “cidadania conquistada”, participativa e auto-sustentável, pois não depende de direitos assegurados, mas que nasce da luta e mobilização constantes na defesa dos interesses do cidadão junto aos poderes executivo, legislativo e judiciário.

¹⁰ Traumann, Thomas. “O novo poder”, Revista Veja, 08/04/98, p. 11.

A ordem social da qual nos fala Offe nasceu da desordem social vigente, e cuja expressão institucional encontra-se no Terceiro Setor. As instituições sociais que constituem o que denominamos de Terceiro Setor são entidades de base que praticam um novo modelo de gestão. Utilizam procedimentos de administração participativa em todos os níveis de decisão e atuação, valem-se de novos canais de reivindicações sociais do tipo fóruns de debates, assembléias e audiências, e arregimentam recursos com práticas de trabalho voluntário e doações.

2.1 –Sustentabilidade das ONG’s ambientalistas

Para Gohn (1997, p.12) , “*os movimentos transitam, fluem e acontecem em espaços não-convencionais das estruturas e organizações sociais*”, a ação coletiva de pressão e reivindicação, antes presente na maioria dos movimentos sociais latino-americanos, converte-se, nos anos 90, em ações voltadas para a obtenção de resultados, em projetos de parcerias que envolvem diferentes setores públicos e privados. Níveis mais elevados de organização social adequada resultam em maior bem-estar, sustentabilidade social para os programas de desenvolvimento e melhor gestão do meio ambiente (Cernea, 1993).

Uma pesquisa publicada em 1996 pelo Fundo Mundial para a Conservação da Natureza – WWF documentou 725 ONGs atuando no Brasil na área de meio ambiente. Esta pesquisa do WWF constatou que apenas 39,2% das ONGs ligadas às questões de meio ambiente existem há mais de 10 anos e que a grande maioria delas tinha sido criada por ocasião da Cúpula da Terra (ECO 92). Os estudos do ISER e da ABONG - Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (Landim & Cotrim, 1996) revelaram

que as ONGs são, em grande parte, dependentes de financiamentos externos, sendo que muitas relataram que 90% de seus recursos provêm do exterior. A última pesquisa efetuada pela ABONG (1998) mostra que uma mudança histórica está ocorrendo nos padrões de financiamento das ONGs, pois cresce cada vez mais a participação do governo brasileiro e de fontes privadas do Brasil. Segundo esta pesquisa, quase a metade (47,2%) das 184 ONGs consultadas confirmou receber recursos do governo brasileiro. Em relatório publicado pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente – FNMA (2001), pode-se verificar o crescimento nos financiamento de projetos em 10 anos (1990-2000). Neste período o FNMA aprovou 693 projetos, com recurso total aprovado de R\$ 55 milhões, sendo que destes projetos 50% foram apresentados por ONG's.

Segundo Armani (2002), há três campos básicos nos quais se podem identificar mudanças substantivas na última década, mudanças essas que estão modificando completamente o contexto no qual se movimentam as ONGs brasileiras. O primeiro deles é o campo do contexto sócio-econômico e político brasileiro, que passou por transformações decisivas, anteriormente citadas, a partir da aprovação da nova Constituição em 1988. O segundo campo de mudanças relevantes para as ONGs brasileiras é o das relações de cooperação internacional, o qual tem passado, desde o final dos anos 80, por uma significativa reconfiguração. Ela combina realinhamento e/ou redução de recursos, intensificação de espaços e mecanismos de diálogo e articulação, com maiores exigências e controles sobre a *performance* das organizações apoiadas. Por fim, um terceiro campo de mudanças, intrinsecamente articulado com os dois anteriores mas não redutível a eles, tem a ver com o desenvolvimento institucional do próprio campo das ONGs brasileiras e do chamado Terceiro Setor em geral. Este campo tem desenvolvido instrumentos específicos de articulação, comunicação e representação, o que tem contribuído para a maior projeção pública das ONGs e do

setor não-governamental e não-lucrativo, mas tem trazido também novas exigências para a maior definição da identidade institucional das ONGs. Isto exige um maior grau de profissionalização das ONG's e um aumento de competência.

Uma pesquisa seriada realizada pelo ISER (Crespo, 2002) em 1992, 1997 e em 2001 sobre “o que o brasileiro pensa do meio ambiente e do consumo sustentável”, a qual permite uma avaliação da evolução da consciência ambiental no Brasil, apresentou como principais resultados: (i) 39% dos entrevistados declararam que os recursos naturais são a maior vantagem comparativa do Brasil em relação às demais nações; (ii) mais de 70% da população brasileira afirmaram ter simpatia pelo trabalho das organizações ecológicas, em contraponto, tanto em 1997 e 2001, somente 1% da população declarou ser membro de alguma organização de proteção ao meio ambiente; (iii) quanto à disposição a ajudar uma organização deste tipo, a maior parte escolheu o trabalho voluntário (64% em 2001 e 56% em 1997), mais de 50% declararam-se, em ambos os estudos, dispostos a se filiarem e uma porcentagem expressiva afirmou que estaria disposto a contribuir com dinheiro: 29% (1997) e 30% (2001).

Os dados acima mostram um desejo latente e pouco explorado para o desenvolvimento do voluntariado. *A priori*, as pessoas não são ‘voluntárias em si’. A instituição que as acolhe tem de transformá-las em voluntários, aprimorando e desenvolvendo seu impulso solidário para convertê-lo em compromisso. É fundamental considerar o bem-estar do voluntário, sua satisfação ao realizar o trabalho solicitado, assim como o potencial de desenvolvimento pessoal (profissional e emocional) e, sobretudo, as motivações que o levaram até a instituição. Por meio da participação em atividades voluntárias, as pessoas encontram espaço para seu crescimento pessoal, para a ‘auto-atualização’, segundo

temo cunhado por Maslow. O processo de se informar, de aprimorar o espírito crítico, leva os indivíduos à conscientização dos problemas. Para muitos, a ação voluntária permite a utilização de talentos, habilidades e potenciais não aproveitados no seu dia-a-dia profissional. Os voluntários representam um recurso latente de participação para causas ou ações de que a sociedade venha a precisar em situações de emergência, constituindo um enorme reservatório de energia em potencial que pode ser mobilizada em prol do bem comum (Camargo et al., 2001).

A pesquisa da Universidade Johns Hopkins (op.cit.) apontou o Terceiro Setor como um segmento em franca expansão, sendo um dos indicadores do seu crescimento o alto índice de ocupação de mão-de-obra. Segundo dados da pesquisa, em oito países (EUA, Suécia, França, Alemanha, Hungria, Japão, Grã-Bretanha e Itália), o Terceiro Setor é responsável por 4,5% dos ocupados, o que representa cerca de 119 milhões de trabalhadores. Em 1995, o setor já empregava 18,8 milhões de pessoas, o equivalente a 30% dos postos de trabalho do setor público, 9,2% do setor de serviços e 5% de todos os empregos do mundo. Outros dados apresentam um quadro de crescimento acelerado do setor no Brasil. Por exemplo, a pesquisa indica que o número de trabalhadores remunerados no Terceiro Setor cresceu 44,38% entre 1991 e 1995, saltando de 775,3 mil para 1,12 milhão. O número de pessoas ocupadas no Terceiro Setor ultrapassou o índice de emprego no setor de serviços, que cresceu 30,9%, passando de 10 milhões em 1991 para 13,1 milhões em 1995, de acordo com os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD -, de 1995, do IBGE.

Diante do exposto, evidencia-se uma tendência alvissareira para as ONG's, apontando para um crescimento e fortalecimento do movimento social e ecológico, com um campo

fértil e de muitas demandas. A partir de novos canais de participação da sociedade civil no processo das políticas sociais e de desenvolvimento, abriu-se um campo de novas oportunidades para as ONG's, tanto em termos de novas áreas de trabalho quanto em termos de novas fontes de financiamento. No entanto, isso também representa novos desafios no tocante à maior exposição pública e a maiores exigências quanto à qualidade técnica do seu trabalho. Segundo Gohn (op.cit.), com as mudanças estruturais e conjunturais da sociedade civil e política, os movimentos sociais se transformam, são objetos de estudo permanente: “...*enquanto a humanidade não resolver seus problemas básicos de desigualdades sociais, opressão e exclusão, haverá lutas, haverá movimentos*”. Gohn afirma, o panorama das lutas sociais se alterou completamente, a mobilização cotidiana e os atos de protestos nas ruas diminuíram, e a militância decresceu. Os movimentos e as ONG's que sobreviveram se qualificaram para a nova estrutura em termos de infra-estrutura e do uso de modernos meios de comunicação como a internet.

2.2 – Amadorismo ou profissionalismo: como atuam as ONG's ambientalistas?

Carvalho (1999) analisa o terceiro setor pela sua composição e dinâmica, que articula uma heterogeneidade de organizações voluntárias sem fins lucrativos, incluindo desde associações comunitárias até organizações articuladas em redes globais, atuantes no plano dos direitos humanos, na defesa das minorias, na defesa do meio ambiente, no desenvolvimento local, entre outras. Para a autora, tais organizações expressam características multifacetadas e particularistas, próprias da sociedade contemporânea. A gestão da política social, nesse novo arranjo, está ancorada na parceria entre Estado, sociedade civil e iniciativa privada, e num valor social, que é o da solidariedade.

O Estado e a sociedade revêem os seus papéis e as suas inter-relações, na medida em que se começa a valorizar a participação da sociedade civil na busca de melhores condições de vida e bem-estar. Ao Estado em processo de reestruturação cabe pensar novas formas de administração pública, no sentido de transformar a antiga visão centralizadora e ditatorial numa nova racionalidade, para aumentar a eficácia do Estado. A redefinição das funções do Estado busca alcançar uma visão mais abrangente que envolva, interdisciplinarmente, as dimensões econômicas, política, social e ambiental, no sentido de aumentar a capacidade do governo. O Estado atua em conjunto com a sociedade civil e o mercado, como um fomentador de iniciativas de ação (Diniz, 1995).

Contudo, no contexto atual da sociedade brasileira, quais ONG's ambientalistas dispõem de assessoria técnica e jurídica, estrutura física, e pessoal especializado para dar dedicação total a estas frentes de trabalho que se apresentam devido às demandas ambientais e sociais? Herculano (1996) define que a ainda baixa organicidade do movimento ambientalista brasileiro é contrabalançada pela alta escolaridade da sua militância. Segundo as suas pesquisas 80,74% das lideranças têm nível superior de instrução, predominantemente professores e pesquisadores em ciências naturais e humanas (76,7%), com uma forte presença em órgãos do Estado. O estudo observa que, desde 1992, com a maior acessibilidade dos computadores e a disseminação progressiva da Internet, algumas entidades de combate ganharam foros de profissionais e, com isso, fizeram parcerias com o Estado. A autora conclui que, apesar da quase ausência de recursos ainda ser a realidade das entidades ambientalistas, elas são organizações relativamente influentes, na medida em que estão próximas ou dentro do Estado e têm acesso à imprensa, para atuarem como formadoras de opinião. Deve-se a isso a íntima ligação das ONG's com as Universidades Públicas que conferem um espaço de

discussão política que transcende a instrumentalização técnico-científica de seus recursos humanos.

As ONG's sofreram críticas de autores como Petras (1990: 67-71), que afirma que as ONG's são "intelectuais institucionalizados", que teriam uma vida política vazia e estariam resguardados por programas em moedas fortes. Para o autor, estes intelectuais teriam sido paradoxalmente beneficiados pelo aprofundamento das crises econômicas que agravaram a miséria, aumentando assim a preocupação política das agências exteriores de financiamento. Na mesma linha crítica, Moller (1991: 37-50) examinou as relações entre as agências internacionais e as ONG's do Terceiro Mundo. Para o autor, tais relações são clientelistas, com as ONG's atuando como intermediários dependentes em um mercado de doações. As ONG's, que teriam nascido com o objetivo de promover organizações populares e estimular a conscientização de um sujeito popular, se profissionalizaram e burocratizaram na medida em que recebiam fundos das agências internacionais.

Herculano (2000: 151) sublinha que as "*ONG's formam uma vanguarda, seus integrantes se assumem como elite do saber. Em uma sociedade como a brasileira onde falta educação e condições objetivas facilitadoras de participação, isso está no plano dos fatos e das necessidades*". Mas a autora adverte que existem dois lados desta questão: "*... essas elites subalternas tanto podem atuar no sentido da construção de um reformismo radical e cotidiano, como é sua proposta, quanto vir apenas a se incorporar à elite dominante, trilhando caminhos de carreira individual...*". E nesse caso, nem sempre atuam de forma eficaz, como afirma a autora, pois são convidadas a ocupar espaços de uma estrutura oficial sucateada. Neste sentido, a capacidade da

sociedade civil organizada brasileira de se fortalecer estaria comprometida, bem como o exercício de articulação de seus interesses e solução das diferenças.

Para Giddens (1991), *“na era da globalização a participação em atividades coletivas está se tornando um fator decisivo na constituição de identidades pessoais e nas biografias pessoais na moderna sociedade industrial”*. Criatividade e inovações só podem surgir em ambientes abertos nos quais a discussão das idéias e o debate das opiniões estejam presentes. Os projetos coletivos acontecem na medida que se relacionam com os projetos individuais. Aquino Alves (1999) se refere as ONG’s como *“o espaço institucional que abriga ações de caráter privado, associativo e voluntarista que são voltadas para a geração de bens de consumo coletivo, sem que haja qualquer tipo de apropriação particular de excedentes econômicos que sejam gerados nesse processo”*¹¹. As ONGs que quiserem atrair e manter seus voluntários, terão de utilizar a competência e os conhecimentos que eles aportam. Precisarão ainda oferecer aos voluntários realizações com um propósito. Profissionalizar o setor requer uma missão clara, aprendizado e ensino contínuos, gerência por objetivos e auto-avaliação, alto nível de exigência juntamente com uma correspondente liberdade de ação e responsabilidade pelo desempenho e pelos resultados.

2.3 – Substituto ou complemento do Estado - qual o papel das ONG’s ambientalistas?

Podemos definir as ações das ONG’s segundo a visão de Drummond (2000), em que os diversos grupos de interesse que se mobilizam para alcançar políticas públicas são obrigados a se organizar, a ir além da iniciativa individual, fundando uma dimensão da

ação humana chamada ação coletiva. Esta última busca deliberadamente produzir bens públicos, ou fazer com que o Estado os forneça. Trata-se de bens não-disponíveis no mercado ou que pelo menos não são garantidos pelo mercado, bens que a ação individual não consegue gerar ou consumir no mercado, bens desejados por e necessários a todos os membros de um grupo de interesse ou até de um público mais geral. Os bens públicos, assim definidos, não se confundem com o bem geral, ou o interesse público mais amplo, pois não são necessariamente do interesse de toda a sociedade, e sim dos grupos que se organizam para obtê-los.

Para o autor, no mundo moderno e contemporâneo os recursos naturais têm sido sistematicamente remetidos à condição de recursos de propriedade comum, sob responsabilidade difusa do governo, comunidade, do poder público. Ficaram à revelia das proteções legais derivadas dos modernos direitos de propriedade privada. Assim, os recursos naturais ficam numa situação parecida com a dos bens públicos - são de todos em geral, mas de ninguém em particular, e fica difícil excluir quem quer que seja de seu consumo. Drummond afirma que: *“só há possibilidade de haver qualidade ambiental substantiva com a ação coletiva eficaz da comunidade e do estado, informada por um conceito integrado e abrangente de meio ambiente”*, embora reconheça que o mercado possa também contribuir para a obtenção de qualidade ambiental em várias circunstâncias. Neste sentido, as ONG's ambientalistas representam um segmento da sociedade capaz de organizar a ação coletiva direcionada ao bem público representado pelo uso racional ou sustentável dos recursos naturais.

As ONGs são modernas por constituírem espaços coletivos de participação da sociedade civil, a partir de interesses de grupos determinados, tendo como referência movimentos

¹¹ J.R. Wood, Thomaz. “ABC da terceira via”, Carta Capital, 12/05/99, p.68.

e organizações sociais. Elas são entidades procuradas, por excelência, para ser a mediação nas políticas de parceria, ou seja, políticas que articulam o governo e a comunidade organizada. Entende-se que a questão da modernidade é histórica. Cada época elabora seus critérios de modernidade. Ser moderno neste início de século é ser um misto do novo e antigo; é unir valores humanos com a técnica e a racionalidade científica; é pensar no coletivo sem esquecer a individualidade (Camargo et al, op.cit.).

Para Vieira e Bredariol (1998), em face dos impasses criados pelo modelo econômico predominante no mundo – predatório ecologicamente e injusto socialmente -a sociedade civil está sendo chamada a desempenhar um papel de crucial importância de buscar alternativas para a crise ecológica e social. Os autores afirmam que, dentro da esfera pública não-estatal, as ONG's e os movimentos se destacam como atores. Observam que a facilidade de criação de uma ONG pode ser motivo de distorções, mas é uma das principais razões da proliferação desse tipo de organização, da sua capilaridade e da sua capacidade de penetração em diferentes grupos sociais, assuntos, temas, conflitos ou composições. Paradoxalmente, o seu grande número e a sua diversidade de objetivos são responsáveis pela expressão política que ganharam no período histórico de efervescência política no Brasil. Abrindo novas perspectivas para a relação entre o governo e a sociedade, elas permitem novas formas de gestão descentralizada de política pública, em resposta aos desafios da reforma do Estado e de seu ajuste à nova ordem econômica e financeira global, em contexto democrático.

A partir dos anos 90, após a democratização do processo político brasileiro, as ONG's vêm se tornando parceiras do Estado, em programas federais, estaduais e municipais. Nestas parcerias, as ONG's são chamadas a atuar em um quadro de transferência de políticas e de serviços públicos para a esfera privada, e de diluição da responsabilidade

precípua do Estado. Leite (1999) sustenta que, desta forma, os interesses e decisões públicos passam para o âmbito do privado, na medida em que a escolha dos agentes que participarão deste processo têm características privadas: competência, confiabilidade, informalidade, baseadas em redes de conhecimento, sem passar pelo crivo da construção da representatividade democrática. Para Vieira (1998), o papel das ONG's atualmente não é desenvolver oposição sistemática, como no passado, mas a defesa de um novo projeto de sociedade, combinando ações a partir do Estado com outras que nascem e se desenvolvem na sociedade civil.

Em contraponto, Herculano (2000) coloca que ONG's e Movimentos Sociais têm exercido uma cidadania diferente daquela preconizada pela democracia liberal. O exercício desta cidadania está baseada na organização coletiva, no estudo, na busca e disseminação da informação como elementos-chaves para a participação. É vocacional, plural, mas não é universal, pois é professada por elites intelectuais e lideranças emblemáticas, politicamente adestradas, de maior peso individual do que o peso advindo da relativamente pequena massa dos seus representados. Para a autora, trata-se de um exercício profissionalizado de cidadania, que busca *“confrontar a lógica do lucro enraizada em uma Sociedade Civil pautada pela perseguição a um crescimento econômico que tem sido injusto e insustentável”*. Nesta visão, as ONG's e Movimentos procuram ser formadoras de opinião e, recentemente, co-gestoras da coisa pública.

O modelo de descentralização das políticas sociais aparece como estratégia inovadora para revigorar o Estado e minimizar a crise de gestão quanto à ineficiência das políticas

públicas, valorizando poderes locais e promovendo a participação dos cidadãos na gestão pública, notadamente na área ambiental. Nesta perspectiva, as ONG's ambientalistas surgem com o papel de parceiras e complementares na execução de políticas públicas. O Terceiro Setor é um parceiro estratégico para o Estado, em cujas lacunas penetram os trabalhos das entidades filantrópicas. A administração pública apresentou um princípio de amadurecimento na década de 90, abandonando seu perfil centralizador e hierarquizado para inserir em sua pauta espaços para que as ações da sociedade civil desenvolvam os trabalhos de interesse público (Camargo et al., op.cit.).

Segundo Serva (1997), a parceria entre Estado e Terceiro Setor possui muitos desafios, uma vez que toda mudança de estruturas consolidadas e tidas como intocáveis está sujeita a fortes resistências. A filantropia brasileira, por exemplo, sofre pelo nível de consideração recebida do governo. Não possui um regime jurídico próprio, a política tributária é desfavorável e não há consenso quanto aos conceitos envolvidos. Aproximar a realidade do governo à realidade social por meio das iniciativas filantrópicas consiste em criar um novo canal de comunicação, ampliando a representação política democraticamente, uma vez que quase todos os cidadãos poderão participar, como funcionários de entidades, dirigentes, voluntários ou usuários.

Talvez esta seja a grande distinção entre Estado e Terceiro Setor: mesmo que ambos lidem com causas públicas, o Estado, por ser uma instituição em si, sofre de interesses antagônicos, a tal ponto de ter de escolher entre a sua estabilidade e o incentivo social. Já o Terceiro Setor, por não ser uma entidade, mas um conjunto de inúmeras delas, faz do seu caráter ideológico uma ferramenta positiva, pois não há como interesses individuais prevalecerem, visto o seu forte perfil solidário. O principal diferencial das

práticas filantrópicas atuais com relação ao passado reside no fato de que seus agentes não são mais sujeitos dependentes e tutelados. Os cidadãos engajam-se em atividades voluntárias não apenas para exercitar a caridade, mas para pôr em prática sua cidadania na defesa dos direitos alheios e dos seus próprios.

O panorama desenhado aqui aponta para o desenvolvimento de um profissionalismo crescente das ONG's ambientalistas, o que vêm garantir a sustentabilidade de suas ações configurada em parceria com o Estado no trato da coisa pública, de maneira a renovar as inter-relações na sociedade civil. Com a finalidade de materializar as idéias discutidas até então, numa área geográfica onde existem trabalhos desenvolvidos neste sentido, iremos no capítulo seguinte caracterizar a Baía de Guanabara como objeto desta pesquisa.

CAPÍTULO 3 - ASPECTOS GERAIS DA BAÍA DE GUANABARA

Neste capítulo, trata-se brevemente da caracterização física da área de estudo, a Baía de Guanabara, bem como do histórico da sua ocupação humana e os motivos que desencadearam um processo de degradação ambiental. A Baía de Guanabara foi escolhida, como objeto de estudo, por ser emblemática, e uma genuína representante dos frágeis e produtivos ecossistemas costeiros tropicais, que resultantes de uma longa evolução, foram submetidos a uma rápida degradação ambiental e social.

3.1 – Aspectos Físicos

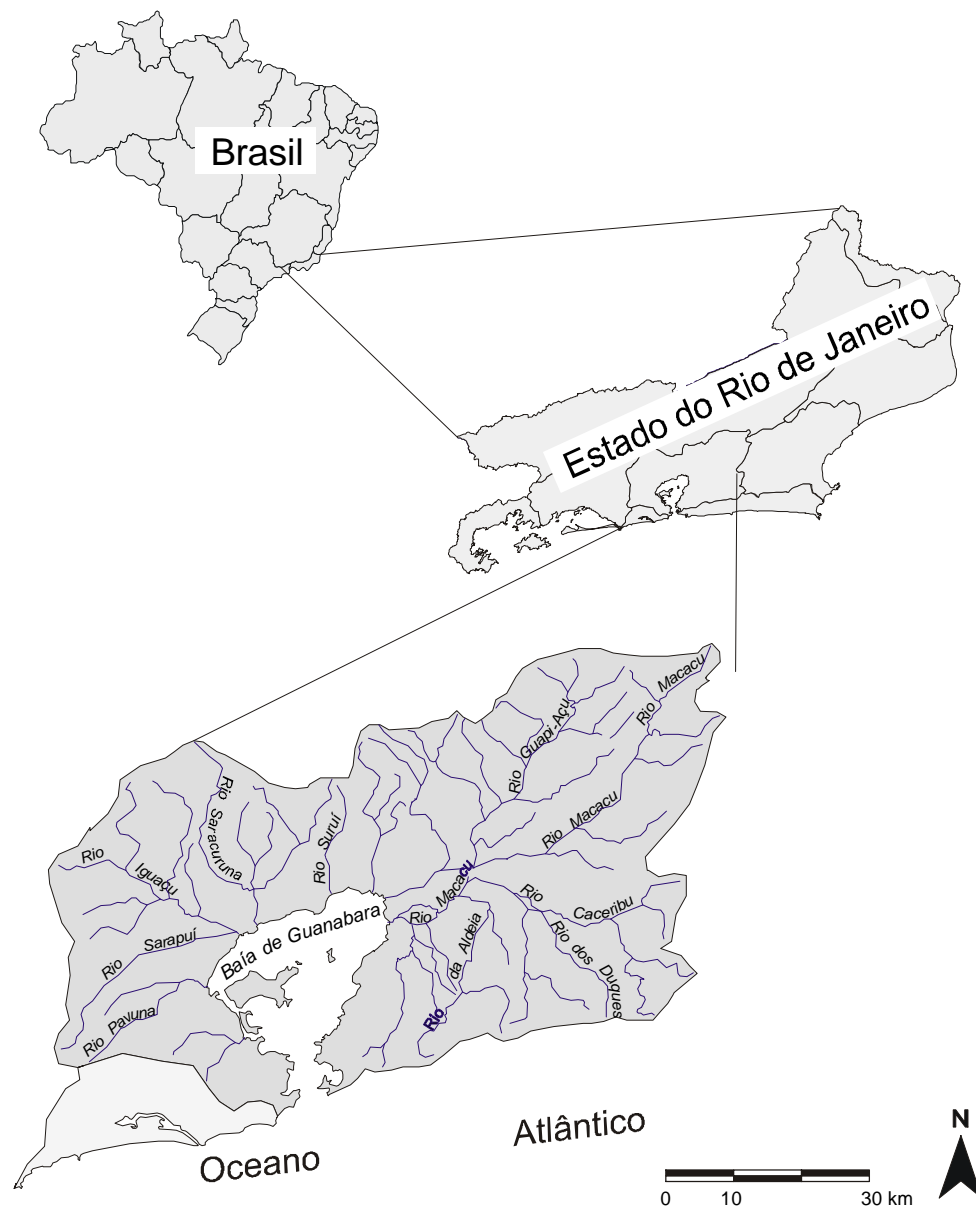
A baía de Guanabara está localizada entre os paralelos de 22°41' e 22°59' de latitude Sul e os meridianos de 43°02' e 42°17'W (DHN, 1979). Possui uma forma irregular alongando-se no sentido dos meridianos e estreitando-se no sentido dos paralelos. Em função de sua localização geográfica, o território associado à baía está inteiramente compreendido na área intertropical, e em decorrência desta posição possui um clima quente e chuvoso tipicamente tropical, responsável pelo desenvolvimento da exuberante Mata Atlântica (Amador, 1997).

Segundo pesquisas de Amador, a Bacia da Guanabara está ainda inserida no que foi denominado por Silveira (1964) de “litoral das escarpas cristalinas”, que se estende do norte do Estado do Rio de Janeiro, ao cabo de Santa Marta em Santa Catarina. A característica dominante deste tipo de litoral é a presença marcante do embasamento cristalino, que ora mergulha diretamente no mar, formando pontões, costões ou ilhas, ora recua emoldurando o litoral com a imponente muralha da Serra do Mar, herança da

escarpa de falha. Excetuando os maiores rios como o Paraíba do Sul, Ribeira do Iguape e o Itajaí, os rios que drenam a região e vêm de encontro ao mar são jovens, formados após o soerguimento da Serra do Mar. Associadas a estes rios foram desenvolvidas planícies costeiras de pequeno porte. Cerca de 55 rios alimentam a Bacia da Guanabara, sendo os principais os rios Macacu, Guapi-Açu, Guapi-Mirim, Caceribu, Guaxindiba, Guarai, Imboaçica, Magé, Estrela-Inhomirim, Saracuruna, Meriti, Iguaçu, Pavuna.

A região abrange uma depressão, denominada Baixada da Guanabara, emoldurada ao norte pelas escarpas imponentes e praticamente contínuas da Serra dos Órgãos, assim como pelo Maciço do Tinguá; ao sul pelos maciços costeiros correspondentes às serras da Pedra Branca, da Carioca, de Cassorotiba, dentre outros.; a leste pelas elevações correspondentes às serras do Sambé, Botija, da região de Rio Bonito; e a oeste pelos maciços do Mendanha e Gericinó. O ponto culminante da bacia fica situado no Pico do Sino, situado dentro do Parque Nacional da Serra dos Órgãos, com uma altitude de 2.263 metros. Nos maciços costeiros, as altitudes raramente ultrapassam 1.000 metros, sendo mais elevados no setor ocidental (Rio de Janeiro) e mais rebaixados no setor oriental (Niterói). Com uma superfície aproximada de 4.600 km² (incluindo a própria Baía de Guanabara), a Bacia Hidrográfica, visualizada na figura 1, é englobada praticamente toda a Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Inclui total ou parcialmente os municípios do Rio de Janeiro, Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Tanguá, Rio Bonito, Cachoeiras de Macacu, Guapimirim, Magé, Petrópolis, Duque de Caxias, São João de Meriti, Nova Iguaçu, Nilópolis e Queimados (Amador, 1997).

Figura 1 –Bacia Hidrográfica da Baía de Guanabara (PGCA-UFF)



O fundo da Baía é coberto por uma camada de lodo e de lama que, em alguns trechos, chega a alcançar 10 m de espessura. Apenas nos trechos mais profundos do canal central o fundo é arenoso. A profundidade média da baía é de 7,6 m, chegando em alguns pontos do canal central a 50 m de profundidade. É através desse canal que as correntes de água marinha entram na baía, garantindo a renovação de suas águas. Dos 260 km² originalmente cobertos por manguezais na orla interna da Bacia da Baía de Guanabara, restam apenas 82 km². A destruição dos manguezais causa a redução da capacidade de

reprodução de diversas espécies de vida aquática e intensifica o processo de assoreamento que, ao longo do tempo, resulta na progressiva redução de profundidade da baía de Guanabara (SEMADS, 2002).

No período de 1984-91, na Bacia da Baía de Guanabara, as áreas urbanizadas expandiram-se em 77 km² e as florestas reduziram-se em 95 km². A superfície original da Baía de Guanabara sofreu uma redução de 30%, devido principalmente aos aterros destinados a criar novas áreas de urbanização (SEMADS, 2000). Em decorrência dos desmatamentos, aterros, urbanização, lixo e esgotos domésticos e industriais, a Baía de Guanabara sofre uma perda progressiva de profundidade por assoreamento. As taxas de assoreamento atualmente alcançam valores absolutos de 210 cm/século (Godoy, 1998). Tais interferências no ambiente natural causam sérias alterações no sistema de circulação de águas, reduzindo a capacidade de auto-depuração da Baía e causando danos à vida aquática (SEMADS, 2002).

3. 2 - Ocupação Humana

Em torno de 1500, antes da invasão e colonização européia, a Baía de Guanabara apresentava um quadro com grande diversidade de ecossistemas periféricos, como manguezais, lagunas, brejos e pântanos com elevada produtividade primária e secundária; tem em seu entorno acidentado inúmeras reentrâncias e saliências, como os estuários, enseadas, sacos, gamboas, pontões e costões rochosos, restingas, praias e ilhas; que é fertilizada pela constante troca de água doce (de origem fluvial) e marinha. A produtividade e diversidade biológicas da baía eram elevadíssimas, permitindo a

proliferação de uma extensa cadeia de organismos, desde os minúsculos fito e zooplâncton, algas, crustáceos, moluscos, peixes até os grandes mamíferos aquáticos, como os golfinhos e as baleias (Zee, 2000).

De acordo com a FEEMA (2000), as águas da Baía de Guanabara são classificadas como salinas¹² e próprias a usos com recreação, turismo, lazer, navegação, atividade portuária, abastecimento industrial, amenização ambiental e estética, conservação da biodiversidade e pesca comercial e artesanal. No entanto, a qualidade das águas da baía vêm, há alguns anos, sofrendo dramático processo de deterioração que inviabiliza a maior parte destas atividades.

A Baía de Guanabara não atingiu os níveis de poluição em que se encontra hoje de uma hora para outra. Foi um processo de muitos anos, que se intensificou principalmente a partir da década de 1950-60. Foi neste período que o Brasil começou efetivamente a se industrializar, de forma concentrada na região sudeste, notadamente no eixo Rio - São Paulo, onde estava sendo instalado o maior parque industrial do país. Atraídos por possibilidades de emprego e renda, um enorme contingente populacional começou a se deslocar das regiões mais pobres do País para estes centros urbanos, em sucessivas ondas migratórias. Despreparados para receber, num período relativamente curto de tempo, um número tão grande de novos habitantes, os principais centros urbanos do país sofreram um processo de explosão demográfica, sendo cercados por um imenso cinturão de pobreza, enquanto as áreas mais centrais e os seus principais acessos se tornavam extremamente densos. No caso da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, este processo de urbanização fez com que o município-núcleo – a cidade do Rio de Janeiro – e a sua periferia imediata chegassem a concentrar 57% da população do Estado (IBGE,

2000). Atualmente, o número de habitantes na bacia da Baía da Guanabara é de 8,2 milhões (IBGE, op.cit.), equivalendo a cerca de 2/3 da população da Região metropolitana do Rio de Janeiro. Deste total, 80% estão concentrados nas áreas urbanas dos municípios mais centrais, localizados nas sub-bacias Oeste e Noroeste, a maioria deles com taxa de urbanização de 100%, e responsáveis pelos maiores volumes de cargas poluidoras (Canedo, 2000).

Os níveis de concentração demográfica são extremamente altos, some-se a isto a existência de cerca de cerca de 400 indústrias, do total de 14.000¹³, que são responsáveis pelo lançamento de quantidades expressivas de poluentes na Baía de Guanabara e nos rios da bacia; 16 terminais marítimos (14 de carga e descarga de produtos oleosos e 2 portos comerciais); diversos estaleiros; 2 refinarias de petróleo; mais de 1.000 postos de combustíveis e uma intrincada rede de transporte (rodoviário e de navegação) de matérias-primas, combustíveis e produtos industrializados permeando zonas urbanas já altamente congestionadas (CIDS/EBAP-FGV, 2000).

O SEMADS (2000) estima que 64 toneladas de carga orgânica e sete toneladas de óleo são despejadas por dia na Baía de Guanabara, contendo 0,3 toneladas de metais pesados como chumbo, cromo, zinco e mercúrio. As principais responsáveis por essa carga poluente são as indústrias alimentícias e químicas, especialmente as petroquímicas. A poluição industrial mais visível é a relacionada às indústrias de pescado e de estaleiros, que se concentram principalmente em Niterói, próximo à Ponte Rio-Niterói. Das 400

¹² Classes 5 e 6 da Resolução nº 20 do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA

¹³ v. site oficial do Programa de Despoluição da Baía de Guanabara www.cibg.rj.gov.br

indústrias classificadas como prioritárias para controle, estima-se que apenas 55 são responsáveis por 80% da carga poluidora. Somem-se ainda os acidentes com vazamento de óleo, que ocorrem com certa frequência nas refinarias, portos comerciais, estaleiros e postos de combustíveis. O mais grave acidente dos últimos anos ocorreu em janeiro de 2000, quando 1,3 milhão de litros de óleo da Petrobras vazaram na Baía de Guanabara, causando danos aos manguezais, às praias e à população em geral.

Segundo Zee (2000), a poluição por óleo na Baía de Guanabara tem duas fontes principais: derrames acidentais e despejos crônicos. Quanto aos despejos crônicos, em 1988 foi estimado que as duas refinarias da Petrobras (REDUC e Manguinhos), somadas aos dois portos comerciais, 16 terminais marítimos, 40 estaleiros navais e 1000 postos de combustíveis, lançavam juntos na Baía algo em torno de 9,5 t/dia de óleo diariamente. Portanto, medidas preventivas e de controle desses microvazamentos, imperceptíveis pela opinião pública, seriam muito mais eficazes no que diz respeito à salubridade ambiental da Baía de Guanabara do que as medidas corretivas emergenciais realizadas durante os grandes vazamentos acidentais.

Outra importante causa da poluição da baía é a deficiência dos serviços municipais de coleta de lixo e a falta de locais adequadamente preparados para receber o volume recolhido. Levantamentos do IPPUR/UFRJ (apud CIDS/EBAP/FGV, 2000) em 1995 indicam que, à exceção do Rio de Janeiro e Niterói, que chegam a atingir índices de coleta superiores a 90%, o atendimento geral é ainda bastante precário. Houve uma melhora no padrão dos serviços entre 1981 e 1990 em todos os municípios da região, principalmente na Baixada Fluminense, onde a taxa média de volume coletado, que era

de 34,8% em 1981, chegou a 50% em 1990. Alguns municípios mantêm taxas muito baixas, como Nova Iguaçu, onde o serviço atende apenas 25% da população. Segundo a SEMADS (2000), das quase 13.000 t./dia de lixo geradas na Bacia da Baía de Guanabara, 4.000 t./dia não chegam a ser coletadas, sendo vazadas em terrenos baldios, rios e canais. Das 9.000 t./dia que são coletadas, 8.000 t./dia vão para o aterro de Gramacho, cuja vida útil estará esgotada em poucos anos. O restante do lixo é lançado em vazadouros, sem medidas adequadas de controle.

A falta de tratamento dos esgotos sanitários é uma das principais fontes de poluição da Baía de Guanabara. Redes coletoras são insuficientes em relação à média da população urbana da região. Em áreas mais pobres da Bacia, os esgotos correm a céu aberto. Em todos os casos, os efluentes sanitários acabam chegando *in natura* à Baía, receptora natural de todos os rios, canais e galerias. Estima-se que, até o início do Programa de Despoluição da Baía de Guanabara, a baía recebia cerca de 17 m³/s de efluentes domésticos sem tratamento, correspondendo a 465 t./dia de carga orgânica (SEMADS, 2002).

Neste cenário, podemos vislumbrar a gravidade da situação de degradação ambiental da Baía de Guanabara, vítima de longo processo de poluição. A foto de satélite¹⁴ (Figura 2) demonstra a extensão da ocupação humana atualmente no entorno da Baía de Guanabara, bem como as áreas de atuação das ONG's objeto deste estudo. Dada a importância deste ecossistema, veremos em seguida o que se tem buscado fazer para minimizar os efeitos desta degradação.

¹⁴ v. página internet www.embrapa.gov.br

Figura 2 – Baía de Guanabara – ocupação humana (foto de satélite - Embrapa)



CAPÍTULO 4 – LEVANTAMENTO DOS PRINCIPAIS PROJETOS AMBIENTAIS REALIZADOS NO ENTORNO DA BAÍA DE GUANABARA NO PERÍODO DE 1990 – 2001, POR ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS.

Este capítulo se propõe a analisar os principais projetos ambientais, desenvolvidos e em desenvolvimento, pelas ONG's ligadas à questão ambiental para a recuperação dos ecossistemas da Baía de Guanabara, no período 1990-2002. Ela se baseia em dados originais obtidos através de entrevistas realizadas para a presente pesquisa. Os problemas ambientais da Baía de Guanabara descritos no capítulo anterior permitem vislumbrar a necessidade de recuperação deste belo ecossistema. Será tratado ainda o envolvimento de comunidades beneficiadas por estes projetos no entorno da Baía de Guanabara, e dos órgãos de governo envolvidos. Cabe ressaltar que a presente pesquisa se preocupa em descrever e interpretar o comportamento das ONG's ambientalistas enquanto atores sociais que vêm se inserindo no campo das políticas públicas de melhoria de qualidade de vida no aspecto ambiental. Não se trata aqui de fazer um julgamento de valor do papel social da ONG's ambientalistas e, muito menos, dos seus princípios éticos e ideológicos. O objetivo principal é constatar a maneira pela qual o Sociedade Civil Organizada participa de ações sociais de caráter público.

Neste sentido, buscamos levantar informações essenciais para a análise de políticas de enfrentamento à degradação ambiental, tais como: as relações estabelecidas com os beneficiários (comunidades de baixa renda), os critérios de seleção adotados (do governo em relação às ONGs), as atividades realizadas (ONG's), e as estratégias utilizadas para a implementação de suas ações (ONG's e Governo). Neste contexto, a

investigação se volta para a forma de contribuição social das ONG's na esfera pública “não-estatal”, através das atividades realizadas. Procuramos explorar ainda em que medida ocorre a preocupação com a eficiência na gestão das ações de cunho ambiental, tanto nas ONG's quanto no Governo, sem a pretensão de esgotar as indagações que surgem em torno desta questão.

Nosso estudo se justifica nos seguintes termos: quanto mais aumenta o envolvimento das ONG's ambientalistas no atendimento de demandas de recuperação ambiental e quanto maior é a participação delas nas questões ambientais, mais importante se torna conhecer a intensidade e o alcance da sua ação voltada para a prestação de serviços à comunidade e ao bem comum. Esse conhecimento contribui para enriquecer o debate e para oferecer elementos importantes à formulação de novas estratégias de recuperação ambiental e de execução de políticas públicas em geral.

4.1 – Material e Métodos

A presente pesquisa tem um caráter qualitativo. Compreende numa primeira etapa o desenho do perfil de entidades a serem pesquisadas e a elaboração de um questionário para eliciação das informações; na segunda etapa, as instituições potenciais foram contatadas por telefone ou e-mail, com as finalidades de sondar se as mesmas estavam de acordo com o escopo da pesquisa e de agendar entrevistas; a terceira etapa constou da aplicação dos questionários, em entrevistas pessoais conduzidas pela autora nas sedes das entidades. O questionário (reproduzido no Anexo) consta de perguntas abertas, informando o entrevistado sobre o objetivo da pesquisa e sobre a realização de entrevistas com os representantes de outras instituições e atores sociais.

A pesquisa aplica uma ferramenta de análise social denominada “Diagnóstico de Grupos de Interesses”, utilizada na pesquisa “Mapeamento e Caracterização dos Grupos de Interesse da Shell Brasil na Atividade de Perfuração do Bloco BC-4 (Bacia de Campos)”, desenvolvida pela ONG Instituto Pro-Natura (2001). O método consiste na coleta de dados através da consulta direta aos indivíduos representativos dos grupos de interesse. Isso permite um levantamento mais autêntico das demandas, expectativas e problemas, freqüentemente não captados através dos canais formais de comunicação (questionários enviados pelo correio ou pela Internet).

No método do Diagnóstico de Grupos de Interesse, o depoimento e o discurso do entrevistado, fielmente reproduzidos, são as principais fontes da pesquisa. A nossa pesquisa está baseada também, contudo, em outras fontes, como revisões bibliográficas e de documentos de projetos, *sites* oficiais das instituições, além de visitas às comunidades envolvidas e a locais onde se desenvolvem os projetos. Optou-se por trabalhar, basicamente, com a técnica de entrevistas semi-estruturadas, que consiste em expor apenas poucas questões ao entrevistado. A maioria das perguntas é colocada no transcurso da própria entrevista. Usa-se um questionário¹⁵ e fazem-se perguntas abertas, enquanto que as novas perguntas são colocadas no transcorrer da entrevista.

A escolha dos entrevistados obedeceu aos seguintes critérios: do setor público, foram selecionados os órgãos diretamente envolvidos nas questões ambientais, sobretudo aqueles que financiam e/ou executam projetos de recuperação ambiental; do terceiro

¹⁵ O questionário utilizado na aplicação das entrevistas foi testado através de apresentação aos colegas de turma do Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da UFF, para críticas e sugestões. por ocasião da disciplina “Seminário de Dissertação”, ministrada em maio/2001. Foi submetido ainda à apreciação de Neyla Vaserstein, pesquisadora do ISER, responsável pela área de pesquisa desta renomada instituição, e da Profa. Selene Herculano do PGCA/UFF. O questionário foi devidamente ajustado a partir das sugestões recebidas.

setor, foram mapeadas através do Cadastro Nacional de Entidades Ambientistas – CNEA, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA. Este cadastro pré-qualifica as ONG's, oferecendo uma amostra que nos pareceu confiável das ONG's ambientalistas atuantes na Baía de Guanabara, já que adota critérios de seleção rigorosos. Um segundo critério de seleção foi a indicação de outras ONG's com trabalhos relevantes na área de interesse pelas próprias ONG's contatadas. Da sociedade civil, foram identificados líderes locais através de indicações feitas pelas próprias ONG's e foram entrevistadas estas lideranças das comunidades beneficiadas pelos projetos desenvolvidos no entorno da Baía de Guanabara.

Do resultado da aplicação destes critérios e o do contato prévio com as ONG's por telefone ou e-mail, foram selecionados para as entrevistas: na parte de governo, o IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - e a SEMADS – Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Rio de Janeiro; das 26 (vinte e seis) ONG's listadas no CNEA, 8 (oito) foram entrevistadas por efetivamente desenvolverem projetos no entorno da Baía de Guanabara. Cabe ressaltar aqui que algumas ONG's deste universo exercem ações de extrema importância em relação à Baía de Guanabara, porém, por uma questão de foco da pesquisa, não foram incluídas no rol de entrevistas. Deve-se esclarecer ainda que certas ONG's de alta visibilidade, como o Viva Rio e Pró-Natura, não figuram entre os entrevistados em consequência de informações prestadas por elas mesmas de que não desenvolvem projetos ambientais na Baía de Guanabara.

Foram visitadas ainda quatro comunidades, duas em Magé, uma em São Gonçalo e outra na Região Oceânica de Niterói. Foram entrevistadas as lideranças locais e

fotografados os trabalhos realizados pelas ONG's engajadas neste tipo de atividade. ONG's como o ISER – Instituto Superior de Estudos da Religião - e IBG – Instituto Baía de Guanabara – não atingem uma comunidade específica por causa do seu perfil institucional ou pela característica exclusivamente técnica do projeto desenvolvido. Ressalve-se que, no caso da Fundação Onda Azul, não foi possível agendar uma entrevista com o responsável pelo projeto Baía Azul, importante projeto que assim mesmo consta da pesquisa. As informações a respeito da instituição e dos seus projetos foram obtidas por consulta ao *site* institucional. Como especificado, as lideranças das comunidades, indicadas pelas próprias ONG's, foram entrevistadas. Constam no anexo deste trabalho todo o material de pesquisa e todas as informações obtidas. As entrevistas e as visitas foram realizadas no período de maio de 2001 a março de 2002. Na tabela 1 foram relacionadas as entidades e pessoas entrevistadas nesta pesquisa.

Tabela 1 – Relação de Entidades e Pessoas Entrevistadas

Instituição	Endereço	Entrevistado
ONG - Grupo Mundo da Lama	Rua Professor Artur Ramos, 13/301 – Leblon – Rio de Janeiro.	Osny Pereira Filho – Presidente; Jorge Rogério Pereira Alves – Diretor de Ensino.
ONG - Instituto Baía de Guanabara	Rua Maestro Felício Toledo, 495/1108 – Niterói	Dora Hees de Negreiros – Superintendente.
ONG - Univerde – Centro de Estudos e Atividades sobre Ecologia e Qualidade de Vida	Rua Salvador do Monte, 527 – Boaçu – São Gonçalo	André Augusto Ribeiro – Presidente.
ONG – Associação Projeto Roda Viva	Rua Sílvio Romero, 57 – Santa Teresa – Rio de Janeiro	Janete Abrahão – Coordenadora da Área de Educação Ambiental.
ONG – CACEB – Centro Afro da Comunidade Brasileira	Rua Visconde de Magé, 194 – Cruzeiro - Magé	Celso Franco – Responsável pelo Projeto de Meio Ambiente.
ONG – ISER – Instituto Superior de Estudos da Religião	Ladeira da Glória, 98 – Glória – Rio de Janeiro	Samyra Crespo – Coordenadora de Meio Ambiente.
ONG – APREC –	Rua Dr. Macário Picanço,	Sérgio de Mattos Fonseca –

Associação de Proteção a Ecossistemas Costeiros	825 – Itaipu - Niterói	Presidente.
ONG - Fundação Movimento Onda Azul	Rua Alcino Guanabara, 15/1401 – Centro – Rio de Janeiro	Informações obtidas pela HomePage www.ondazul.com.br
IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis	Área de Proteção Ambiental Guapimirim – Estrada do Contorno da Baía de Guanabara – Br 493 – Km 13	Radamés Antônio de Faro Marzullo – Administrador da APA Guapimirim.
SEMADS – Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Rio de Janeiro	Rua Treze de Maio, 33 – 36º andar – Centro – Rio de Janeiro	Dioné Marinho – Coordenadora Executiva do PDBG – Programa de Despoluição da Baía de Guanabara.
Gerhard Sardo	Niterói	Ambientalista e Coordenador do Centro de Referência de Justiça Ambiental da Secretaria Estadual de Justiça.
Andréa Coelho da Costa	Praia da Luz – São Gonçalo	Presidente do Centro Comunitário da Praia da Luz.
Milton Mascarenhas Pinto	Magé	Pescador e Presidente da Associação de Moradores.
Francisco da Cruz Melo e Silva	Praia de Mauá - Magé	Chefe dos operários do plantio de manguezal em Mauá feito pela Fundação Onda Azul.

4.2 – Resultados

Uma das mais notáveis características do setor das ONGs é o seu crescimento meteórico. O levantamento da ABONG de 1996 mostrou que cerca de 60% das mais importantes 143 ONGs do país tinham sido criadas desde 1985, sendo 15,4% desde 1990. Somente 21% das ONGs tem mais de 20 anos. A pesquisa do WWF (apud Garrison, 2000) constatou que apenas 39,2% das ONGs ligadas às questões de meio ambiente existem há mais de 10 anos e que a grande maioria delas tinha sido criada por ocasião da Cúpula da Terra (ECO 92). Isto se reproduz na amostra selecionada para esta pesquisa, como pode ser observado nos dados da tabela 2, na qual verifica-se que as

instituições entrevistadas são relativamente novas, sendo em sua maioria fundadas nos fins da década de 80 e início da década de 90. A exceção é o ISER, fundado na década de 70, mas cuja área de meio ambiente foi criada apenas em 1991. A idade média das ONGs em 2002 é de 13 (treze) anos. Isso demonstra que, em termos de produzir organizações específicas da sociedade civil, o marco histórico do despertar para a questão ambiental no Brasil é bem recente.

Tabela 2 – Ano de Fundação das ONG's entrevistadas (por ordem cronológica)

ONG	Fundação
ISER – Instituto Superior de Estudos da Religião	1970
Univerde – Centro Estudos e Atividades s/ Ecologia e Qualidade de Vida	1987
Associação Projeto Roda Viva	1988
CACEB – Centro Afro da Comunidade Brasileira	1988
Fundação Movimento Onda Azul	1990
Grupo Mundo da Lama	1992
APREC – Associação de Proteção a Ecosistemas Costeiros	1992
IBG – Instituto Baía de Guanabara	1993

Quando indagadas sobre os seus objetivos institucionais, conforme se vê nos dados da tabela 3, percebe-se em suas respostas, apesar de enfoques e metodologias diferentes, uma íntima ligação com as questões da sensibilização das comunidades de baixa renda para a conscientização ecológica, de sua inserção no meio ambiente, de um direcionamento para a educação, a disseminação de informações e a formação de opinião. Verifica-se, também, que a pesquisa científica e social é a tônica de grande parte destas instituições. O fato de prestarem serviços para as comunidades e,

simultaneamente, focar questões mais amplas relativas a políticas nacionais, envolve uma capacidade para abordar temas estruturais sem perder de vista as realidades e preocupações das populações locais, combinando presença e conhecimento sobre as comunidades com o conhecimento técnico.

Tabela 3 – Objetivos da ONG's entrevistadas

ONG	Objetivos
Mundo da Lama	educação ambiental, consultoria para comunidade, conscientização dos pescadores na questão do defeso, luta pela não degradação ambiental e ocupação imobiliária.
IBG	estudo, a pesquisa e a busca de soluções dos problemas ambientais, sociais e urbanos, com atuação prioritária na região hidrográfica relacionada à Baía de Guanabara; promoção do voluntariado; publicação e comercialização de material de divulgação dos conceitos, idéias e práticas em prol do desenvolvimento sustentável e à melhoria da qualidade ambiental e de vida da população.
Univerde	pesquisa e reflorestamento de manguezal.
Roda Viva	desenvolvimento comunitário, educação ambiental, construção da cidadania da criança e dos adolescentes e das camadas populares.
CACEB	integração da comunidade de caranguejeiros e pescadores no contexto da luta política por seus direitos e na questão ambiental, resgate da cidadania afro-brasileira.
ISER	implementação da agenda 21 local e nacional, pesquisa sobre meio ambiente e opinião pública, promoção dos direitos humanos e de sociedades sustentáveis, fortalecimento da sociedade civil.
APREC	proteção da fauna, flora e ecossistemas da orla marítima, dos manguezais, das dunas, das lagunas, das lagoas, dos lagos, da mata atlântica e outros, de ações predatórias, bem como promover o intercâmbio amplo sobre o tema com outras instituições de proteção ambiental ou afim.
Onda Azul	promover o desenvolvimento sustentável através de ações que visam à preservação, à conservação e à otimização do uso sustentado das águas, ecossistemas associados e os demais biomas brasileiros.

Em relação ao público-alvo das ONG's pesquisadas, existe considerável variedade. Desde comunidades locais, passando por classes sociais, e governo, até a sociedade como um todo, como é observado nos dados da tabela 4. Isso caracteriza um traço comum a muitas ONG's de vários tipos e setores, a de atuarem tanto na dimensão macro quanto na dimensão micro.

Tabela 4 – Público alvo das ONG's entrevistadas

ONG	Público-Alvo
Mundo da Lama	pescadores, alunos, professores, comunidade da área pesqueira na Baía de Guanabara, região de Itaoca (S. Gonçalo), APA de Guapimirim.
IBG	sociedade em geral no entorno.
Univerde	comunidade de entorno do mangue.
Roda Viva	educadores sociais, professores, líderes comunitários, crianças e adolescentes dos projetos de intervenção direta.
CACEB	pescadores e caranguejeiros da comunidade de Piedade e demais distritos de Magé.
ISER	sociedade civil, governo, ONGs.
APREC	comunidades humanas de ecossistemas costeiros.
Onda Azul	sociedade civil, comunidades carentes.

Constam da tabela 5 os principais projetos desenvolvidos pelas ONG's entrevistadas. Os dados mostram uma diversificação das ações. Elas atuam em *nichos* específicos, mas ocorre uma convergência para as questões educacional, de conscientização e de mobilização. A maioria delas desenvolve projetos que abrangem o fornecimento de informações e a conscientização das comunidades inseridas nos ecossistemas objetos de recuperação e/ou proteção. Diante disso, entendemos o trabalho das ONG's integrado conforme definição de Aquino Alves quanto ao Terceiro Setor, do qual se inserem as ONG's, que representa um *“espaço institucional que abriga ações de caráter privado, associativo e voluntarista que são voltadas para a geração de bens de consumo coletivo, sem que haja qualquer tipo de apropriação particular de excedentes econômicos que sejam gerados nesse processo”*¹⁶. Haja vista o caráter público que estas ações representam.

¹⁶ J.R. Wood, Thomaz. “ABC da terceira via”, Carta Capital, 12/05/99, p.68.

Tabela 5 – Principais Projetos Desenvolvidos pelas ONG's entrevistadas

ONG	Principais Projetos
Mundo da Lama	<ol style="list-style-type: none"> 1- Jequiá - projeto de pesquisa e educação ambiental; 2- Itaoca e Apa de Guapimirim - pesquisa e comunidade; 3- Guaratiba - educação ambiental, pesquisa, comunidade; 4- Caxias - recuperação de manguezal (atingido pelo derramamento de óleo da Petrobrás em 1997), pesquisa e comunidade.
IBG	<ol style="list-style-type: none"> 1- monitoramento das áreas litorâneas afetadas pelo óleo do acidente da Petrobrás em janeiro/2000; 2- seminário "Baía de Guanabara: Perspectivas", que gerou o documento "Carta da Guanabara" (2000); 3- "Plano de Gestão da APA do Guapimirim", em convênio com o IBAMA (2001); 4- participa do projeto Baía Azul.
Univerde	Vários projetos de recuperação de manguezal: o primeiro aconteceu há 10 anos atrás pelo Unibanco Ecologia; sucederam-se outros projetos pela Prefeitura de São Gonçalo, FNMA e Petrobrás.
Roda Viva	<ol style="list-style-type: none"> 1- Tom da Mata no Maciço da Pedra Branca – mobilização de escolas e formação de professores visando ações em prol da conservação da Mata Atlântica; 2- Eco Intercâmbio Brasil-Canadá – formação de jovens monitores ambientais para o monitoramento da qualidade da água em suas comunidades, visando a conservação do Parque Estadual da Pedra Branca; 3- Consórcio Baía Azul: mobilização comunitária na APA de Guapimirim e material pedagógico para 150 escolas públicas dos municípios do entorno; 4- A comunidade construindo o futuro - no morro do Borel, atendimento prioritário à faixa de 7 a 14 anos nas ações complementares à escola. 5- Interação no Morro da Candelária, metodologia para criação de rede de organizações comunitárias para atendimento a criança e adolescentes complementando os serviços sociais (escola, saúde); 6- Bangu Educação de Portas Abertas - 5 escolas para formação dos professores e da direção para construção do projeto político – pedagógico da escola.
CACEB	<ol style="list-style-type: none"> 1- Resgate Afro – Mageense, engloba a questão da anemia falciforme, do patrimônio histórico e arqueológico de Magé; 1- Biblioteca para todos, em parceria com a Fundação Educacional de Magé; NUSEG / UERJ; 2- Centro de Referência da Cidadania pelas Águas, em parceria com o CREA-RJ, compreendendo a mobilização da comunidade em defesa dos recursos hídricos; 3- Escolinha de canoagem, em parceria com a Associação de Canoagem de Magé, visando o desenvolvimento do ecoturismo e da fiscalização dos manguezais; 4- Consórcio Baía Azul; 5- Projeto de Cultivo de Caranguejos com a Universidade Plínio Leite.
ISER	<ol style="list-style-type: none"> 1- O que o Brasileiro Pensa do Meio Ambiente e do Desenvolvimento (pesquisa nacional, 1992 e 1997, terceira versão, 2001-2002); 2- O que o Carioca pensa sobre o Meio Ambiente e a Qualidade de Vida (1999) - Agenda 21 Local - programa de Capacitação do Fórum 21 do Município do Rio de Janeiro; 3- Imagem de um Desastre Ambiental - Pesquisa de Opinião sobre a qualidade ambiental da Baía de Guanabara (ISER/SEMADS/PETROBRÁS, 2000).
APREC	<ol style="list-style-type: none"> 1- Bromélias, Facilitadoras da Biodiversidade, instrumentalização das famílias locais, com a tecnologia de confecção de mudas através de sementes de espécies da família das <i>Bromeliaceae</i>, divulgação da importância da preservação do ecossistema Mata Atlântica; 2- projeto CULTIMAR estudos e cultivos de organismos marinhos, desenvolvimento da maricultura; 3- projeto ECOCULTURA caminhadas ecológicas e culturais divulgar as belezas das paisagens da região, ajuda a desenvolver uma consciência ética sobre as formas de vida e as suas culturas; 4- projeto Manguezais de Niterói – RJ, conservação e ampliação dos ecossistemas regionais ainda presentes, bem como de sua utilização sustentável; 5- projeto Telecurso Comunidade, educação para jovens e adultos; 6- projeto Clube de Informática, difusão da informática pela comunidade.
Onda Azul	<ol style="list-style-type: none"> 1- projeto Vetor Norte – Desenvolvimento Sustentável da Costa dos Coqueiros, tocado em parceria com o Ministério do Meio Ambiente e Seplantec; 2- concepção do Parque Ecoturístico do Canion do São Francisco, desenvolvido conjuntamente com a Bahiatursa e a Chesf; 3- Recuperação e Revalorização de Manguezais da Baía de Guanabara - Consórcio Baía Azul; 4- Reciclagem e Cultura, a partir do reaproveitamento de garrafas PET, estão sendo produzidos cerca de 2.500 móveis por ano na Usina Piloto de Reciclagem de Resíduos, em Vigário Geral, no Rio de Janeiro; 5- Programa de Capacitação Profissional em Planejamento, Gestão e Manejo de Unidades de Conservação, apoio do CISS (Cooperação Internacional Italiana Sul-Sul); 6- Gestão dos Recursos Ambientais do Município de Cairú, este projeto nasceu de um programa da Universidade Federal da Bahia, é financiado pelo FNMA e desenvolvido em parceria com a Prefeitura Municipal de Cairú e a Bahiapescas.

Em consonância com um dos nossos critérios de seleção das ONG's, constatamos pelos dados da tabela 6 que todas têm um perfil de desenvolvimento de projetos sócio-ambientais e/ou de pesquisa. Isso demonstra uma especialização das entidades para determinados fins. Algumas entidades disseram-se inicialmente com perfil ativista, mas que ao longo do tempo se tornaram mais voltadas para o campo de projetos sócio-ambientais. As ONG's estão incorporando um caráter propositivo em resposta às transformações globais. Para Giddens (1991), *“na era da globalização a participação em atividades coletivas está se tornando um fator decisivo na constituição de identidades pessoais e nas biografias pessoais na moderna sociedade industrial”*. Criatividade e inovações só podem surgir em ambientes abertos nos quais a discussão das idéias e o debate das opiniões estejam presentes. Os projetos coletivos acontecem na medida que se relacionam com os projetos individuais. O Terceiro Setor se mostra o campo propício para este desenvolvimento destes projetos coletivos.

Tabela 6 – Perfil das ONG's entrevistadas

ONG	Perfil
Mundo da Lama	projetos sócio-ambientais; pesquisa.
IBG	projetos sócio-ambientais; pesquisa.
Univerde	projetos sócio-ambientais; pesquisa.
Roda Viva	projetos sócio-ambientais.
CACEB	projetos sócio-ambientais.
ISER	pesquisa, projetos sócio-ambientais.
APREC	projetos sócio-ambientais, combate/ativista.
Onda Azul	projetos sócio-ambientais, combate/ativista.

Verifica-se nos dados da tabela 7 que todas as ONG's têm assento em conselhos e comitês ambientalistas ou participam de algum cadastro oficial, ou ainda, de associações/consórcios. Isso indica a existência de um nível mais elevado de organização que facilita uma ação profissionalizada e/ou em rede. Aponta para uma

intensa troca de informações, ou pelo menos, para a existência de fóruns apropriados para que isto aconteça. Na nossa percepção, a importância disso se dá no fato de proporcionar a possibilidade das ações destas instituições aconteçam independente dos governos, o que conota uma continuidade destes trabalhos.

Tabela 7 – Representações das ONGs entrevistadas em Conselhos/Consórcios

ONG	Conselhos/Consórcios
Mundo da Lama	Comitê Gestor do Aparo do Jequiá, Comitê Gestor da APA de Guapimirim.
IBG	Conselho Municipal de Meio Ambiente de Tanguá; Conselho Gestor da Baía de Guanabara; Conselho Estadual de Recursos Hídricos; Consórcio Baía Azul
Univerde	Apedema, Fecam, tem cadastro em todas entidades ambientalistas.
Roda Viva	Conselho da Criança, Rede Brasileira de Educação Ambiental, Rede Mata Atlântica, ABONG.
CACEB	Conselho Municipal de Saúde, Consórcio Baía Azul.
ISER	Fórum da Agenda 21 Municipal, Cadastro Nacional de Entidades Ambientais-CNEA, ABONG-Associação Brasileira de ONGs e Fórum Nacional da ONGs e Movimentos Sociais.
APREC	Comissão Pró - Parque Estadual da Serra da Tiririca; Consórcio Baía Azul, CNEA/CONAMA, Apedema.
Onda Azul	Consórcio Baía Azul.

Na tabela 8 vemos dados sobre a abrangência geográfica das ações das ONG's entrevistadas. Encontramos vários níveis de abrangência, de municipal a nacional, porém constata-se que nenhuma atua a nível internacional. Vale ressaltar que as ações são pontuais, com exceção do ISER, pois a natureza de sua atividade atinge uma população mais ampla em virtude da divulgação de suas pesquisas. Isso demonstra a vocação das ONG's para a implementação de Agendas 21 locais com uma visão ampliada.

Tabela 8 – Área de Abrangência Geográfica das ações das ONGs entrevistadas

ONG	Abrangência Geográfica
Mundo da Lama	nacional
IBG	estadual
Univerde	estadual
Roda Viva	estadual
CACEB	municipal ampliada*
ISER	nacional
APREC	municipal ampliada*
Onda Azul	nacional

* Atua em várias áreas do município

Constatamos a partir dos dados reunidos na tabela 9 que 50% das ONG's são de base, ou seja, a participação comunitária que a instituição consegue angariar é grande, seja na forma de voluntariado ou de filiação à entidade. Os outros 50% das ONG's contam com pouca ou nenhuma participação, pelo fato de não ser este o objetivo precípua destas entidades. Mesmo assim, elas têm uma ligação indireta com as comunidades urbanas de baixa renda.

Tabela 9 – Participação Comunitária nas ONG's entrevistadas (muita ou pouca presença de membros da comunidade nas entidades entrevistadas).

ONG	Participação Comunitária
Mundo da Lama	não tem, trabalho voluntário não é objetivo da ONG, mas sim dar suporte à comunidade em fomentar suas associações.
IBG	pouca
Univerde	muita
Projeto Roda Viva	muita
CACEB	muita
ISER	não tem, é uma entidade de “segundo piso”, de caráter técnico; a participação comunitária é feita pelo Viva Rio.
APREC	muita
Onda Azul	pouca

A tabela 10 contém dados sobre a infra-estrutura das ONG's. Foi observado nas visitas que na sua grande maioria as ONG's têm sedes apropriadas para o desenvolvimento de suas atividades, bem como instalações em boas condições e providas de equipamentos de informática. A maioria não dispõe de laboratórios, no entanto. Registramos ainda um alto nível de qualificação dos corpos técnicos de algumas ONG's e uma diversificação da formação do pessoal de outras. A fonte de recursos está basicamente nos patrocínios de projetos desenvolvidos, nos quais os principais financiadores são o governo, grandes empresas e agências internacionais, e com menor significância nas doações e nos recursos próprios.

Tabela 10 – Infra-Estrutura das ONG's entrevistadas

ONG	Sede Própria	Condição das Instalações	Nº funcionários/colaboradores	Nível Instrução Corpo Técnico	Fonte de Recursos	Equipamentos	Laboratórios
Mundo da Lama	não	-	4	doutorando, mestrando, graduados.	patrocínio	sim	sim
IBG	sim	boa	45	doutores, mestres, graduados.	próprio, doação e patrocínio.	sim	não
Univerde	não	-	20	terceirizado	patrocínio e doação.	não	não
Roda Viva	sim	boa	57	diversos	patrocínio	sim	não
CACEB	sim	-	-	diversos	doação e patrocínio.	não	não
ISER	sim	boa	18 coord. de projeto*	doutores, mestres, graduados.	patrocínio	sim	não
APREC	sim	boa	20	mestres, graduados.	próprio, doação e patrocínio.	sim	não
Onda Azul	sim	boa	22	diversos	patrocínio	sim	não

*Não contando os funcionários, tratando-se de uma instituição de grande porte.

Analisando os dados da tabela 11, da qual constam os projetos específicos no entorno da Baía de Guanabara, verificamos o quase domínio do Consórcio Baía Azul, o qual se deu após o derramamento de óleo pela Reduc em janeiro de 2000. Da multa de R\$ 50 milhões cobrada à Petrobras pelo IBAMA, R\$ 2 milhões e 400 mil foram direcionados para o trabalho de replantio de manguezais no entorno da baía executada pelo Consórcio Baía Azul. O ISER também desenvolveu um trabalho de pesquisa encomendado pelo SEMADS em função do acidente. Outras iniciativas fora deste contexto foram desenvolvidas apenas pelo IBG e Mundo da Lama, por estarem ligadas especificamente à Baía de Guanabara e ao ecossistema manguezal.

Tabela 11 – Projetos desenvolvidos pelas ONG's entrevistadas na Baía de Guanabara.

ONG	Projetos na Baía de Guanabara	Períodos	Valores
Mundo da Lama	1- Itaoca, 2- Caxias, Ilha Governador, 3- Apa de Guapimirim, (trecho Rio Macacu) patrocinado pelo Ibama, 4- Apoio técnico Manguezal de Jequiá.	1- 1990, 1993-95, 1999-2001 2- 1998-2001 3- 1990-2001 4- 2000-2001	<ul style="list-style-type: none"> • Jequiá: R\$ 29.500,00 (Projeto Shell) • Apa de Guapimirim R\$ 15.000,00 até o momento • Demais projetos foram realizados com recursos próprios.
IBG	1. Consórcio Baía Azul. 2. Apa de Guapimirim, patrocinado pelo Ibama, para um Diagnóstico Setorial junto com UFF, UFRJ e Ibama, com zoneamento em consonância com a comunidade local. 3. “Gente do Caceribu”, projeto de educação ambiental no rio Caceribu financiado pelo FNMA. 4. Proposta de criar junto a RITS um centro referencial da Baía de Guanabara via internet.	1- 2001 a 2003 2- desde 1999 3- 1996-1997	1- R\$ 300.000,00 2- R\$ 150.000,00 3- R\$ 114.490,00
Univerde	Consórcio Baía Azul	2001 a 2003	R\$ 300.000,00
Roda Viva	Consórcio Baía Azul	2001 a 2003	R\$ 600.000,00
CACEB	Consórcio Baía Azul	2001 a 2003	R\$ 90.000,00
ISER	Indicadores Sócio - econômicos e Percepção dos danos ambientais causados pelo derramamento de óleo pela Petrobras na Baía de Guanabara. Projeto piloto com objetivo de desenvolvimento de metodologia de avaliação de danos pelo derramamento de óleo, encomendada pela SEMADS.	2000	NI
APREC	Consórcio Baía Azul	2001-2003	R\$ 50.000,00
Onda Azul	Consórcio Baía Azul - Coordenadora	2001-2003	R\$ 1.060.000,00*

*Valor deduzido da multa (R\$ 50 milhões) aplicada a Petrobras direcionado para o projeto de R\$ 2.400.000,00 reduzido da soma das partes das outras ONG's componentes do consórcio.

Ao tratar de uma análise mais detalhada da tabela 12, um desdobramento da tabela anterior, colocando a questão das metas previstas *versus* realizadas, baseada nos dados levantados em entrevistas, num exercício de diagnose das ações destas instituições. Notamos em primazia um ponto de confluência em atrelar as atividades de reflorestamento com a disseminação de informações, produção de conhecimento, sensibilização e transferência de valores para a sociedade. No tocante ao cumprimento de prazos e metas recai no fato destes dados serem retratos parciais, haja vista que espelham aquilo que a visão do entrevistado permite ou prioriza enxergar. Contudo, percebe-se um compromisso com a comunidade de concretizar o proposto mesmo com recursos escassos.

Tabela 12 – Metas previstas/realizadas dos projetos desenvolvidos pelas ONG's entrevistadas na Baía de Guanabara.

ONG	Metas previstas/realizadas
Mundo da Lama	Criação do Manguezarte, divulgação do manguezal para crianças em nível de escola, capacitação de 1º. e 2º. graus, projeto de educação ambiental a nível nacional com comunidades.
IBG	1- confecção de um banco de dados a respeito do projeto de replantio de manguezais. 2- promover um Conselho Gestor Participativo na sociedade local a fim de detectar e atenuar conflitos. 3- envolvimento das autoridades locais como o poder público, escolas, Rotary Club, atua na formação de professores.
Univerde	Meta de plantio de 2 hectares com 20.000 mudas nos municípios de São Gonçalo, Magé, Guapimirim e Itaboraí. Foram atingidos 50% da meta, em virtude de problemas de liberação de recursos para a realização do restante da meta. A parte de educação ambiental está cumprida.
Roda Viva	Recuperação dos manguezais; revalorização do mangue em conjunto com o CACEB restaurando a cadeia produtiva do caranguejo; trabalhar a relação entre a população e a baía com a vertente de mobilização social. A primeira fase foi efetuada ao longo do ano 2001 em três localidades: praia de Mauá/Limão e Barão de Iriri em Magé, Itambi em Itaboraí. A primeira fase de sensibilização da comunidade está concluída, a segunda fase de confecção de material pedagógico está em andamento, a terceira fase que atinge as 150 escolas houve atraso devido falta de recursos.
CACEB	responsável pelo levantamento de dados sociais dos caranguejeiros da região de Magé, não concluído.
ISER	pesquisa de opinião com a comunidade atingida e a população em geral, a fim de perceber os danos sociais, concluído.
APREC	Replântio de 10.000 mudas de espécies de manguezal, em 1 hectare da laguna de Itaipu, o seu monitoramento e atividades de educação ambiental junto à comunidade. Já realizado o plantio de 2,8 hectares e 11.917 mudas de vegetação nativa de manguezais, em fase de monitoramento. Estão sendo implementadas: 1. Estudo para um diagnóstico ambiental do atual sistema lagunar; 2. Definição de diretrizes e parcerias para a conservação e proteção do ecossistema; 3. sensibilização e transferências de valores e conhecimentos básicos sobre a importância da preservação.
Onda Azul	Visa recuperar 20 ha de áreas degradadas em Magé, Rio de Janeiro, S.Gonçalo e Niterói, criando condições para um futuro "cinturão verde". objetivos básicos: 1) O replantio de manguezais, nas quatro áreas citadas acima; 2) A conservação e a revalorização dos manguezais, disseminação da informação sobre suas vantagens e benefícios; 3) Produção de conhecimento. Disseminação dos resultados.

4.3 – Discussão

Discutimos e analisamos a seguir as informações obtidas nas entrevistas. O resultado da pesquisa efetuada pelo ISER¹⁷ sobre a percepção do dano ambiental causado pelo derramamento de óleo na Baía de Guanabara nos dá pistas acerca da opinião pública sobre a questão. A pesquisa detectou a percepção que a população em geral teve do dano comparativamente a antes e depois do derramamento de óleo na Baía de Guanabara. O resultado indica que as pessoas tiveram dificuldade em avaliar o dano, porque a Baía de Guanabara já é agredida diariamente. Elas sabem que o problema se agravou depois do acidente, mas também sabem que existem derramamentos diários em menor proporção, mas igualmente graves. Um dado interessante é que a imagem da empresa causadora do dano, a Petrobrás, não piorou depois do derramamento.

Outra questão levantada pela pesquisa foi até que ponto foi afetada a atividade econômica. Para a maioria dos entrevistados, a população que vive dos recursos fornecidos pela Baía de Guanabara já tem uma atividade econômica decadente, independente do derramamento de óleo. Se faz necessária uma política pública para o seu desenvolvimento e a criação de um Conselho Gestor da Baía de Guanabara. No que tange às indenizações da Petrobras, as pessoas em sua maioria consideraram que foram justas, mas foram suspensas antes do tempo necessário e foram transferidas para pessoas e entidades sem base em critérios adequados. Finalmente, as pessoas percebem conflitos de atribuições entre o IBAMA, o Estado e os Municípios, mas atribuem ao Estado do Rio de Janeiro a principal responsabilidade pela despoluição da Baía da Guanabara. Acham que se passaram anos de descaso público, em consequência disso os

¹⁷ Informações obtidas através de entrevista ao ISER com Samyra Crespo em 12/03/2002, por se tratar de pesquisa encomendada pelo SEMADS não foi obtido dados estatísticos da mesma.

órgãos ambientais estão decadentes e sucateados, embora elas percebem o começo de uma melhora. A pesquisa conclui, também, que a diferença da opinião da população atingida para a opinião da população não atingida é pequena. A principal diferença é que a Baía de Guanabara é valorizada no contexto paisagístico por quem não frequenta as suas praias, por serem poluídas e/ou distantes, e não depende dela para a sua sobrevivência. Podemos concluir a partir desta pesquisa que o público em geral não tem a percepção de valor do ecossistema enquanto patrimônio público e que sua preservação implica uma atuação mais ativa da sociedade civil.

Em relação ao fato de a atividade econômica desenvolvida pelas comunidades no entorno da Baía de Guanabara ser decadente, observamos nos discursos dos entrevistados os esforços para atenuar esta situação, como o da ONG Roda Viva:

“... com o objetivo de se criar uma identidade de grupo, buscando um estreitamento de laços com as pessoas da comunidade, desenvolvendo a percepção ambiental e a relação com o mangue e a Baía de Guanabara. A entidade fornece uma ação de reforço e fortalecimento destes grupos, caminha em paralelo ao movimento deles”.

Notamos, neste caso, uma ação voltada à integração das comunidades nativas com o meio em que vive no intuito de disseminar um sentimento de preservação. A ONG CACEB discorre em discurso semelhante, contudo com uma preocupação mais acentuada para a criação de renda das comunidades pesqueiras.

“... o projeto de se fazer uma cooperativa de pescadores, pois sendo o pescado da região de baixo valor comercial, a industrialização do produto valoriza-o, aumentando a renda dos trabalhadores da região. Aplicando cursos profissionalizantes aos jovens da comunidade e criando oportunidade de emprego. A comunidade da região é quem tem condições de cuidar do seu meio ambiente, contanto que ela tenha como se manter”.

A ação ecológica passa pela instrumentalização de comunidades de baixa renda, de forma a buscar a sustentabilidade.

Nas ONG's que se manifestaram a respeito de suas expectativas em projetos desta natureza, criticam a forma de como é feito e administrado, como no depoimento do Mundo da Lama: *"...deve-se escolher um representante de vocação para este tipo de projeto e não instituições interessadas em captar recursos financeiros sem o comprometimento com as comunidades e ecossistemas"*. E da Univerde: *"A liberação da verba depende sempre de indicação política, não é baseada no histórico da entidade"*. Nestas falas levanta-se a questão apontada por Herculano, Petras e Moller (op.cit.) de que numa situação de ONG's que constituem uma "elite do saber" incorrem no risco de uma profissionalização sem representatividade, o que caracteriza uma empresa sem fins lucrativos apenas.

As opiniões seguintes trazem para a discussão um aspecto interessante, a ótica das instituições em relação à implementação dos projetos que não contempla uma visão holística, essencial no trato das questões ambientais atualmente. Existe ainda um ranço tecnocrático do Estado de trazer a coisa pronta para execução, não internalizando uma abordagem multidisciplinar.

Segundo a APREC: *"... as verbas atualmente liberadas para projetos ambientais na baía de Guanabara refletem a abordagem errada das questões ambientais, ainda sob uma ótica cartesiana. Falta integração entre os projetos, os quais, são projetados e implementados (e quando o são), de maneira compartimentalizada, sem a necessária visão holística, não levando em conta a abordagem multidisciplinar e integração sistêmica da perspectiva ecológica"*.

Para Jannuzzi (2001), no contexto de uma sociedade democrática o processo de planejamento não pode ser conduzido de forma tecnocrática, como se as pressões políticas não fossem legítimas ou como se os interesses divergentes não deveriam ser explicitados. O CACEB exprime essa reivindicação no seu discurso:

“O projeto vêm previamente formatado do órgão ambiental, no caso o Ibama, para ser executado. Não se levam em consideração as necessidades da comunidade local, do qual a ONG que está interagindo com esta comunidade tem conhecimento. A proposta inicial, que pretendia o fortalecimento de um desenvolvimento sustentável da região, não foi incluída no projeto...”

Ainda na visão de Jannuzzi, o planejamento público é um jogo político legítimo, no qual participam e devem participar técnicos de planejamento e vários outros *stakeholders*, isto é, outros grupos de pressão interessados na definição das políticas, no governo, na sociedade civil, nas diferentes instâncias da burocracia pública (federal, estadual e municipal). Não é um processo linear, mas permeado de vicissitudes e sujeito a diversas condicionantes político-institucionais.

Quando solicitada a opinião dos entrevistados a respeito da preocupação com os resultados e eficiência, temos na fala da Univerde críticas às próprias ONG's e ao governo:

“Os beneficiários dos projetos são os profissionais como os catadores de caranguejo, pescadores, rendadeiros. Anteriormente as ONGs não estavam preparadas para receber os recursos que vieram de entidades internacionais, eram apenas ativistas. Hoje algumas ONGs têm capacidade administrativa. Acho pequena a contribuição das ONGs no governo. Houve desvios de dinheiro, os órgãos públicos também não estavam preparados para dar recursos. Hoje o governo está mais preparado para auditar os recursos liberados. Existe um padrão para prestação de contas, com mais eficiência, o movimento está se fortalecendo”.

A contribuição da ONG Roda Viva através de suas metodologias de sensibilização das comunidades carentes foi assim avaliada pelo seu representante:

“Continuidade das ações que estão em processo, fortalecimento destas ações no entorno de conservação ambiental, envolvendo comunidades tradicionais,

pescadores, agricultores, catadores de caranguejo, através da formação e participação comunitária elaborando estratégias de produção de materiais. Os benefícios dos projetos são captados por diversos instrumentos de avaliação, mudanças nas comunidades e suas conseqüências, envolvendo mecanismos de monitoração e avaliação. O que a comunidade consegue construir com as ações, formação de profissionais, adoção de metodologias e posturas, compreensão do meio ambiente, criação de rotinas a partir das ações, potencial de multiplicação dentro da comunidade, capacidade de organização que a comunidade atinge, incorporação de novos hábitos, adesão da comunidade ao projeto”.

A APREC sugere métodos de se avaliar o dano ambiental: “... *mecanismos de aferição devem ser urgentemente implementados na avaliação de projetos ambientais*”. Fonseca (2001) propõe que Instrumentos Econômicos Ecológicos avaliem os impactos causados por dano/recuperação ambiental, sinalizando numa perspectiva interdisciplinar o auxílio à resiliência dos ecossistemas.

O ISER ressalta: “*A implantação da Agenda 21 recomenda o princípio de coresponsabilidade dos bens ambientais com gestão participativa. Conselhos gestores de corpos d’água ou bacias necessitam de unidade de planejamento. Veja-se o exemplo de 10 anos de PDBG, que a cada governo sofre acidente de percurso, a Baía de Guanabara precisa do seu Conselho Gestor para acompanhamento e desenvolvimento*”.

Assim, a implementação das políticas está sujeita ao papel crucial desempenhado pelo agentes encarregados de colocá-la em ação, que podem potencializar ou criar barreiras adicionais à sua efetivação. Como em toda atividade desta natureza, é importante garantir a participação e controle social no processo, a fim de legitimá-lo perante a sociedade, garantir o compromisso dos agentes implementadores e potencializar a efetividade social almejada pelas políticas públicas. Afinal, as decisões públicas são

sempre difíceis, já que os recursos são em geral insuficientes para atender à totalidade dos problemas (Jannuzzi, op.cit.).

Finalmente, temos o depoimento da Unidade de Conservação de Guapimirim do IBAMA, que se mostra consonante com os depoimentos das ONG's no sentido de se buscar a participação da sociedade civil através de um Conselho Gestor e que apresenta pontos conflitantes na solução de problemas sócio-ecológicos.

“O Conselho Gestor busca a sustentabilidade com recursos alocados ano a ano e com um trabalho contínuo. Já se quis transformar a APA em Parque Nacional, fui contra e reuni técnicos para discutir com o Ibama, pois o órgão não iria desapropriar todas as propriedades do entorno. Com o cercamento a comunidade não iria acessar o manguezal para catar o caranguejo. O parque iria expulsar a comunidade da área da qual ela cuida por fazer parte de seu quintal. Não adianta a preservação paisagística se a comunidade tem fome, como vemos no exemplo do lixão de São Gonçalo onde as crianças catam lixo. A APA de Guapimirim é um banco genético, que foi fortemente atingido com o acidente. O óleo subiu o Rio Suruí e Itaoca e a parte do óleo que não evaporou e que não foi recolhida pela Petrobrás, que é a maior parte, se instalou no fundo, prejudicando a cadeia alimentar, reduzindo a quantidade de peixe, e se precipitou irrigando o manguezal. Dos R\$ 50 milhões da multa pouco se fez para reverter este quadro na área mais atingida”.

Gonzalez (1999) afirma existir uma tendência emergente da globalização à crescente necessidade do envolvimento de múltiplos atores de setores diferentes, agindo em parceria no combate à pobreza em nível local.

Em complemento às entrevistas acima, algumas áreas onde estão sendo desenvolvidos os projetos foram visitadas e foram entrevistadas lideranças locais. Trechos de alguns depoimentos estão transcritos a seguir, com o objetivo de captar a opinião das lideranças locais. Francisco da Cruz Melo e Silva, 73 anos, morador de Mauá - Magé há 11 anos,

trabalha com recuperação de mangue há 54 anos, recebe R\$ 300,00 por mês por este trabalho.

“A Fundação Onda Azul contratou inicialmente 26 pessoas em janeiro de 2000 para se fazer o plantio do manguezal. Hoje são 10 pessoas trabalhando. Foi preparado 20 hectares com 23 drenos plantados. Foi feito um sistema de captação canalizando a água da baía, pois o mangue precisa de água salobra e água só entrava naturalmente em marés altas. As mudas são tiradas da própria área. A meta a ser alcançada é de 33 hectares até o final do ano 2002. O objetivo do projeto é fornecer alimento ao caranguejo, projeção de 3 anos para o povoamento de caranguejo. Existe a expectativa de continuidade do trabalho através da Prefeitura de Magé”.

Neste depoimento, em contraposição ao projeto de origem percebe-se um investimento baixo para a recuperação do mangue em relação ao estrago causado pelo acidente. A figura 3 mostra o local onde está sendo desenvolvido o replantio.

Figura 3 – Foto do Plantio de Mangue da Fundação Onda Azul em Mauá – Magé/RJ



A próxima entrevista foi com Milton Mascarenhas Pinto, 51 anos, morador da Magé há 35 anos, pescador, líder comunitário, presidente da associação de moradores, renda variável.

“A comunidade tem se beneficiado com projetos de Capacitação Solidária: o primeiro em 1999 de processamento de pescado, o Pescarte; outro em 2001, embarcações do Roncador. Estes projetos têm valor aproximado de R\$ 33.000,00 cada um.. Para tal se formou turmas com reforço escolar de Ensino Fundamental e Médio, do total de 30 alunos, dos quais 22 terminaram o curso. Está se recrutando 25 jovens na faixa etária de 15 a 17 anos para agente de despoluição da Baía de Guanabara, que irão receber R\$ 65,00 por mês.”

Neste depoimento verificamos uma organização da comunidade com o objetivo de solucionar seus problemas e de buscar financiadores, em função da atividade pesqueira da região ter decaído muito após o derramamento de óleo da Petrobrás, procura-se

novas alternativas de sustentabilidade. Na figura 4 observamos as embarcações construídas a partir do projeto do Roncador.

Figura 4 – Foto com Líder Comunitário em Magé/RJ



Andréa Coelho da Costa, 40 anos, moradora da Praia da Luz – São Gonçalo/RJ (figura 5) há 11 anos, Presidente do Centro Comunitário da Praia da Luz, comerciante.

“A cooperativa chamada Manguezarte, trabalha com aproveitamento dos resíduos sólidos, recebe doação da comunidade de garrafas, pet, caixas de leite longa vida, entre outros. As crianças são sensibilizadas quando há eventos em conjunto com ONGs que ministram cursos de ecologia. Os jovens fazem pesquisa e ecoturismo para conhecer a ilha de Itaoca. O governo não tem atuação em educação ambiental na comunidade. A Petrobras, através das medidas compensatórias, está fazendo a obra de recuperação da Capela da Luz,

monumento tombado, e urbanização do entorno da capela com novos quiosques. O Manguexarte conscientiza os pescadores e catadores de caranguejo quanto a questão ecológica e trabalha a questão da auto-estima do indivíduo que se via marginalizado da sociedade. O trabalho que vem sendo desenvolvido em conjunto com o Grupo Mundo da Lama de apoio aos catadores de caranguejo, fundando a primeira associação de caranguejeiros do Estado.

Neste depoimento, verificamos a percepção dos líderes comunitários da necessidade de se promover o desenvolvimento sustentável local. Observamos uma confluência nos discursos até aqui de que a preservação do meio ambiente passa necessariamente pela ação social. De acordo com o estudo realizado pelo IPEA¹⁸, “o Brasil não é um país que gasta pouco com a área social. O problema é que gasta mal. Os investimentos representam 20,9% do PIB, sendo que a média latino-americana é de 10,8%”. Nesta realidade, existe forte pressão antrópica. As ONG’s neste contexto são de grande importância para atenuar o quadro, reorientando a comunidade para soluções alternativas. Guattari (1989) já dizia: “...uma autêntica revolução política, social e cultural, reorientando os objetivos da produção de bens materiais e imateriais, revolução que deverá concenir não só as relações de forças visíveis mas também a sensibilidade, a inteligência e o desejo.” Esse movimento busca sempre a articulação entre o social e o ambiental.

¹⁸ Andrade, Patrícia. “País direciona mal o gasto social, diz IPEA”, Folha de São Paulo, 03/08/99, p.6.

Figura 5 – Foto do Manguezal na Praia da Luz – São Gonçalo/RJ



Gerhard Sardo, 30 anos, morador de Niterói, ambientalista e Coordenador do Centro de Referência de Justiça Ambiental – CEREJA, da Secretaria Estadual de Justiça.

“O trabalho de APREC é importante no aspecto sócio-ambiental. A comunidade local se beneficia de um trabalho que busca esclarecer a população carente a importância dos ecossistemas de mata atlântica e de manguezal. Essas comunidades desprovidas de condições básicas, sem amparo e vítimas do processo de exclusão social, recebem orientação educacional com interação com o meio ambiente, resgatando a cidadania. O plantio de propágulos de mangue garante a efetiva preservação da faixa marginal da lagoa de Itaipu, cuja ocupação imobiliária transformou o ecossistema da lagoa. A faixa de vegetação de mangue no entorno da lagoa indica ao governo um local que seja área de preservação permanente. Impedindo, assim, o avanço de novas construções”.

Neste depoimento, observa-se a luta pela preservação dos ecossistemas através de propostas pró-ativas. Como observado na figura 6, a ação voluntária pode ser um esforço no sentido de consolidar o espírito comunitário, uma oportunidade para mudanças sociais. O trabalho voluntário, as ações voluntárias e a concepção de voluntário não são temas com forte tradição de estudos ou mesmo debates na sociedade brasileira.

Camargo et al. (2001) relata que historicamente esse tipo de trabalho está vinculado à atuação de damas caridosas da sociedade, essencialmente tratando-se de um trabalho feminino. Só recentemente, nas últimas décadas, em decorrência da luta por direitos humanos, civis e sociais é que esse trabalho começou a ser visto, em algumas esferas da sociedade civil, como possibilidade de ação cívica, bem como de ação voltada para o bem alheio ou público. Nos anos 90, o surgimento da Ação da Cidadania contra a fome, a miséria e pela vida constituiu fato de extrema relevância para revitalizar uma consciência adormecida na sociedade brasileira: a solidariedade, traduzida em esforço voluntário. A partir desse movimento, muitos outros surgiram com a mesma proposta: fazer com que a sociedade tome iniciativas imediatas para resolver seus problemas e, ao mesmo tempo, pressionar o Estado para que ele cumpra seu papel de formular políticas públicas.

Figura 6 – Foto do Plantio de Mangue da APREC com Voluntários na Lagoa de Itaipu – Niterói/RJ



Em entrevista com Dioné Marinho, Secretária de Estado de Meio Ambiente -SEMADS, coordenadora executiva do PDBG – Programa de Despoluição da Baía de Guanabara - a partir de julho de 2001, ela descreveu a nova concepção do PDBG apresentada ao BID, afirmando que todos os componentes anteriores do projeto estavam muito fragmentados.

“A nova proposta tem uma vertente técnico-científica e outra política-institucional, com o fim de instrumentalização ambiental do público alvo de cada projeto. O controle de pequenas e micro empresas potencialmente poluidoras será feito em paralelo a equipe técnica que vai tratar da solução dos efluentes. A idéia é mostrar ao empresário qual a bacia hidrográfica em que está inserido. Saber qual é o papel dele e de sua indústria enquanto receptor e causador de problemas ambientais na bacia. Além disso, vai ter conhecimento da legislação ambiental que estabelece a obrigatoriedade do tratamento dos

efluentes e das punições. A menina dos olhos da proposta é a mobilização da sociedade civil e poder público, para a organização do comitê gestor de cada bacia hidrográfica contribuinte a Baía de Guanabara. Neste trabalho também se fará a instrumentalização dos cidadãos locais para participar como cogestores da bacia hidrográfica em que ele vive. A meta é de que em julho/2003 se tenha pelo menos 6 comitês gestores montados. A idéia é de incluir pela primeira vez as ONGs nos comitês gestores.

Em sua fala podemos observar a incorporação de novos valores não contemplados na primeira versão do PDBG, embora trata-se de um projeto de saneamento básico e não de recuperação ambiental mas que tem reflexos nesta área, como a conscientização da responsabilidade ambiental do empresariado. Outra novidade é a organização de Comitês de Bacias, com mobilização da sociedade civil e poder público, criando-se um senso de co-responsabilidade. Isso mostra um avanço na gestão dos recursos naturais no Estado. Configura um ganho da sociedade civil a influência que as ONG's passam a ter na segunda versão do PDBG com a criação do Conselho Gestor que não ocorreu na primeira versão do PDBG.

Este capítulo teve o objetivo de provocar uma reflexão sobre algumas práticas recorrentes de ONG's ambientalistas no entorno da Baía de Guanabara. Muito esforço, muita pesquisa, muitas atividades, muitos recursos vêm sendo aplicados nesta área. As ONG's que cumprem funções públicas percebem sua prática como inovadora na articulação de uma nova esfera pública social, e se consideram precursoras de uma nova institucionalidade emergente. Em suma, essas entidades podem assumir um papel estratégico quando se transformam em sujeitos políticos autônomos e levantam a bandeira da cidadania, da democracia e da busca de um novo padrão de desenvolvimento que não produza a exclusão social e a degradação ambiental.

CAPÍTULO 5 - CONCLUSÃO

Vimos que as ONG's, particularmente no segmento ambientalista, apresentam um crescimento muito rápido a partir da ECO 92. Vimos, também, que os seus objetivos, apesar de enfoques e metodologias diferentes, apresentam uma forte ligação com a questão educacional e de conscientização ecológica. O fato de terem públicos-alvo variados demonstra uma característica singular de atuação local, com nichos delineados a partir de uma visão global, já que obtivemos informações que o nível de instrução do corpo técnico destas instituições são de alto grau de especialização, instrumentalizadas para uma articulação entre o social e o desenvolvimento ambiental.

As ONG's estudadas apresentam uma capacidade de mobilizar voluntários e profissionais para as questões da natureza, no sentido de revitalizar a consciência da solidariedade, traduzida em esforço voluntário. Desenvolvem projetos de preservação e/ou recuperação de ecossistemas degradados, com o envolvimento das comunidades locais, criando uma ligação do homem com a natureza e sensibilizando as pessoas para cuidarem do que seria uma extensão de suas casa. As comunidades que dependem destes recursos naturais para atividades econômicas se transformam nos seus guardiões.

Verificamos que as ONG's caminham para uma especialização e profissionalização de suas atividades, bem como para a formação de redes de relacionamento e fóruns de debates, se agrupando em consórcios em frentes de trabalho, participando de Conselhos e Comitês Gestores de Unidades de Conservação. Detecta-se uma mudança em suas ações, antes voltadas para o ativismo, tornando-se agora mais propositivas e mesmo executivas, preocupadas com a eficiência e eficácia de seus resultados.

As ONG's estudadas desenvolvem ações pontuais, à exceção de instituições de formação de opinião, como ISER, voltadas para pesquisa e a disseminação dos seus resultados, o que lhes confere um conhecimento das bases e conseqüente penetração nestas comunidades, apresentando-se como um eficiente instrumento de implementação de Agendas 21 locais. As ONGs se configuram, portanto, com uma interessante capilaridade que o governo dispõe para implementar as suas políticas públicas na área ambiental e social. A existência de um espaço público não-estatal é, assim, condição necessária da democracia contemporânea, que, como vimos, sofre hoje uma profunda crise de legitimidade. Enfrentar os desafios de aperfeiçoar os instrumentos de governabilidade e criar novas estruturas de *governance*, no que diz respeito à capacidade de ação estatal na implementação das políticas e na consecução das metas coletivas, são requisitos necessários para superar a crise atual da democracia representativa.

O crescimento do Terceiro Setor é um fenômeno mundial, que pressupõe um espaço democrático. A sociedade civil assumirá um papel protagonista, pois o Estado vem reduzindo a sua presença, torna-se cada vez mais orientador, normatizador e menos executivo. O espaço da sociedade civil é irreversível, ela fica constitucionalmente parceira pelo bem-estar comum, e tem um nível de domínio e competência que o Estado não consegue mais ter. Como a necessidade de melhoria do nível de qualidade de vida e do desenvolvimento social acontece nas comunidades, o Estado distancia-se dela, então a leitura é prejudicada. Como as ONG's atuam *in loco*, conhecem a realidade da comunidade que ali reside. Esta questão de proximidade da vida das pessoas faz uma diferença na eficácia do investimento que o Estado não conseguiria fazer sozinho. Entretanto, as políticas públicas são eminentemente prerrogativas do Estado, existem,

porém, várias metodologias, trabalhos, iniciativas que são conjuntas. Este é um papel primordial do Terceiro Setor, de laboratório das políticas públicas, já que o Estado não pode experimentar um projeto em um lugar, em detrimento dos demais.

As ações das ONG's encontram respaldo de suas ações no artigo 225 da Constituição Brasileira: *“Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”* Isso significa que o meio ambiente como bem público de uso comum do povo não pode ser objeto de apropriação privada ou estatal contrária ao interesse público. Ao impor ao Poder Público e à coletividade o dever de defender o meio ambiente, significa dizer que se por acaso o governo não tomar as devidas providências contra à degradação ambiental, os cidadãos e suas associações têm meios legais de exigir a proteção ambiental.

Observamos, também, que as ONG's têm uma capacidade de angariar fundos junto aos financiadores, principalmente o governo e as instituições internacionais de fomento, para o custeio de suas atividades. Há, portanto, um campo fértil para a sustentabilidade das ONG's. Some-se a isto o fato de haver uma tendência de aumento da responsabilidade social do empresariado brasileiro, o que sinaliza a um potencial aumento do patrocínio das atividades sócio-ambientais. No Brasil, são 1,2 milhão de pessoas atuando em mais de 250 mil organizações, que movimentam cerca de R\$ 12 bilhões anuais, que corresponde a 1,2% do PIB brasileiro (Vilela, 2002). O terceiro setor faz mais do que buscar atender às necessidades da sociedade que o governo e a

iniciativa privada não conseguem ou deixam de lado. Ele é uma força econômica que gera, cada vez mais, renda e emprego.

A pesquisa constata, ainda, que o Estado, percebendo a contribuição social que as ONG's trazem, promove parcerias através de programas e projetos sociais, contemplando a sua participação em grandes projetos, como o PDBG, que anteriormente ficava apenas sob responsabilidade do Governo. Neste contexto, as ONG's se apresentam como um agente transformador na ampliação da cidadania, num momento de construção das novas formas nas práticas sociais, que luta por uma maior abertura de espaço na gestão das políticas públicas e por novas relações entre Estado e sociedade.

Finalmente, a principal conclusão da pesquisa sugere que as ONG's ambientalistas atuando em conjunto com o governo são um eficiente instrumento de planejamento e execução de políticas públicas na área ambiental. Para tal, as diretrizes extraídas dos achados da presente pesquisa são:

1. Promoção e desenvolvimento do trabalho voluntário, despertando o sentimento de cidadania e valorização do bem público.
2. Conscientização e sensibilização da população acerca da preservação dos ecossistemas naturais.
3. Construção de fóruns de debates abertos à sociedade civil que consubstancie soluções para problemas ambientais locais.

BIBLIOGRAFIA

- ABONG – Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais. *ONGs: Um Perfil—Cadastro das Filiadas à Associação Brasileira de ONGs (ABONG)*. Landim, Leilah, e Leticia Ligneul Cotrim. ABONG/ISER, São Paulo, 1996.
- . 1998^a. *As ONGs e o Desenvolvimento Institucional*. Cadernos da ABONG N. 24, São Paulo.
- . 1998b. *O Impacto Social do Trabalho das ONGs no Brasil*. ABONG, São Paulo.
- . 1998c. *ONGs: Um Perfil—Cadastro das Associadas à ABONG*, São Paulo.
- AMADOR, Elmo da Silva. *Baía de Guanabara e Ecossistemas Periféricos: Homem e Natureza*. Ed. Reproarte, Rio de Janeiro, 1997.
- AMADOR, Elmo da Silva; LIMA, Sérgio Ricardo. *Considerações e Propostas dos Movimentos Ambientalistas Baía Viva & Os Verdes para a Fase II do Programa de Despoluição da Baía de Guanabara*. Rio de Janeiro, 1998.
- ANDRADE, Patrícia. *País direciona mal o gasto social, diz IPEA*, Folha de São Paulo, 03/08/99, p.6.
- ARMANI, Domingos. *Breve Mapa do Contexto das ONGs Brasileiras*. Texto, 2002.
- ARRETCHE, Marta T. S. *Mitos de Descentralização – mais democracia e eficiência nas políticas públicas?*, in *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 31, junho, ano 11, 1996.
- ASSOCIAÇÃO PROJETO RODA VIVA. *Relatório Anual*. Rio de Janeiro, 2000.
- AVRITZER, Leonardo. *Um Desenho Institucional para o Novo Associativismo*. In *Lua Nova*, n. 39, 1997.
- CAMARGO, Mariângela Franco...[et al.] *Gestão do terceiro setor no Brasil*. São Paulo: Futura, 2001.
- BALANÇO SOCIAL 98 – *Usiminas, Cemig, Belgo-Mineira*. *Gazeta Mercantil e O Globo*, 06/04 a 25/07/1998.
- CANEDO, Eliane. *Despoluindo a Baía de Guanabara: A situação Ambiental e a Gestão*. CIDS-FGV, Rio de Janeiro, 2000.
- CARVALHO, Maria do Carmo Brant. *Introdução à Temática da Gestão Social*. In *Gestão de Projetos Sociais*, Célia Ávila (Coord.), Coleção Gestores Sociais, AAPCS, São Paulo, 1999.
- CARVALHO, José Murilo. *Desenvolvimento de la Ciudadania em Brasil*. México: Editores El Colégio de México e Fondo de cultura Econômica, 1995.
- CARIDE, Daniela. *Mais trabalho em benefício público*, Relatório *Gazeta Mercantil*, Dossiê Terceiro Setor, 27/11/98, p.1.

- CEBEP: Centro Evangélico Brasileiro de Estudos Pastorais, Publicação n° 7 pág 5: *A Conjuntura dos Movimentos Populares*.
- CONAMA, *Resolução n° 20* do Conselho Nacional do Meio Ambiente.
- COSTA, Maria Alice Nunes. *Samba e Solidariedade: capital social e parcerias coordenando as políticas sociais da Mangueira, RJ*, Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Ciência Política, UFF, Niterói, 2002
- CRESPO, Samyra. O que o brasileiro pensa do meio ambiente e do consumo sustentável. *Revista Eco 21*, ano XII, n° 63, fevereiro/2002.
- DHN - DIRETORIA DE HIDROGRAFIA E NAVEGAÇÃO, *Carta Náutica Baía de Guanabara n° 1501*, Ministério da Marinha, 3a. Edição, 1979.
- DINIZ, Eli. Governabilidade, Democracia e Reforma do Estado: Os Desafios da Construção de uma Nova Ordem no Brasil dos Anos 90, in *Revista de Ciências Sociais/Dados*, Rio de Janeiro, IUPERJ, vol. 38, no. 3, 1995.
- DINIZ, Eli. *Crise, Reforma do Estado e Governabilidade*, Ed. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1997.
- DRUMMOND, José Augusto. Os Recursos Naturais como Bens de Interesse Difuso: Dificuldades Institucionais e Materiais para as Leis e Políticas Ambientais. In *Meio Ambiente: questões conceituais*, Herculano (org.), UFF/PGCA, Niterói, 2000.
- FERNANDES, Rubem Cesar. *Sem fins lucrativos*. Em *Comunicações do ISER 15*, Rio de Janeiro, 1985..
- FOLHA DE SÃO PAULO – *Caderno Especial Voluntariado* – 28 de outubro de 2001.
- FONSECA, Sérgio de Mattos. *O Valor de Existência de Ecossistema Costeiro Tropical*. Programa de Pós Graduação em Ciência Ambiental, UFF, Niterói, 2001.
- FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. *Guia de Instituições Atuantes na Baía de Guanabara*. Seminário Internacional de Gestão Sustentável da Baía de Guanabara, FGV-CIDS, Rio de Janeiro, 2000.
- GARRISON John W. *Do Confronto à Colaboração, Relações entre a Sociedade Civil, o Governo e o Banco Mundial no Brasil*. Banco Mundial, Brasília-DF, 2000.
- GIDDENS, A. *Modernity and Self Identify: self and society in the late modern age*, Stanford, California, Stanford University Press, 1991
- GODOY J.M., MOREIRA I., BRAGANÇA M.J., WANDERLEY C., and MENDES L.B. *A study of Guanabara Bay sedimentation rates. Journal of Radioanalytical and Nuclear Chemistry*, Articles 227: 157-160, 1998.

- GODOY J.M., MOREIRA I., WANDERLEY C., SIMOES-FILHO F.F., and MOZETO A.A. *An alternative method for the determination of excess ^{210}Pb in sediments*. Radiation Protection Dosimetry 75: 111-115, 1998.
- GOHN, M. G. Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. Edições Loyola, SP, 1997, p.12.
- GONZALEZ, Nora. *Combate à pobreza ganha novas adesões*. Gazeta Mercantil Latino-Americana, 11 a 17/01/99, p.27.
- HERCULANO, S. C. *O campo do Ecologismo no Brasil: o Fórum das ONG's*. In Reis, E. et al: Política e Cultura: visões do passado e perspectivas contemporâneas. São Paulo, Hucitec/Anpocs, 1996, pp. 91-126.
- HERCULANO, Selene C.(org.). *ONG's e Movimentos Sociais: A Questão de Novos Sujeitos Políticos para a Sustentabilidade*. In Meio Ambiente: questões conceituais, UFF/PGCA, Niterói, 2000.
- HERCULANO, Selene; PORTO, Marcelo Firpo de Souza; FREITAS, Carlos Machado (org.). *Qualidade de Vida & Riscos Ambientais* EdUFF, Niterói, 2000.
- IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. *Movimento Sindical e Defesa do Meio Ambiente*. O Debate Internacional n° 3, Rio de Janeiro, 2000.
- IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Bondade ou Interesse? Como e Porque as Empresas atuam na Área Social*. Relatório de Pesquisa, Brasília, 2001.
- INTERNET. www.ethos.org.br
www.geocities.com
www.embrapa.gov.br
www.cibg.rj.gov.br
- IPEA, Ação Social das Empresas Privadas - Avaliação Qualitativa da Região Sudeste, 2001.
- ISER (Instituto de Estudos da Religião). *Sem Fins Lucrativo: As Organizações Não-Governamentais no Brasil*. Landim, Leilah e Rubem Cesar Fernandes, ISER, Rio de Janeiro, 1988.
- JANNUZZI, P.M. Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fonte de dados e aplicações. Campinas, Alínea, 2001.
- JORNAL DO MEIO AMBIENTE, julho de 1996.
- JÚNIOR, Leopoldo Costa. *Terceiro Setor e Economia Social*. Texto é uma versão de apresentação feita no I Encontro Paranaense de Fundações Privadas, Curitiba, outubro de

1997.

J.R. Wood, Thomaz. *ABC da terceira via*, Carta Capital, 12/05/99, p.68.

KANITZ, Stephen. *O Capitalismo beneficente*, Revista Veja, 27/05/98.

LANDIM, Leilah.. *A Invenção das ONGs: do Serviço Invisível a Profissão Sem Nome*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993^a

———. 1993b. *Defining the Nonprofit Sector*. The Johns Hopkins Comparative Nonprofit Sector Project, Working Paper Number 9, Baltimore, julho.

LANDIM, Leilah (org). *Ações em Sociedade: Militância, Caridade, Assistência, etc.* Rio de Janeiro: Nau Editora, 1998

LANDIM, Leilah e Neide Beres. *Ocupações, Despesas e Recursos: As Organizações Sem Fins Lucrativos no Brasil*. Rio de Janeiro, Nau Editora, 1999.

LEI Nº 9.608 *Voluntariado*, de 18/02/1998.

LEITE, M.P. *Crise da cidadania: em foco um dos cenários das ONG's*. Revista Proposta, ano 28, junho/agosto de 1999, nº 81, pp. 6-11.

LIPPI, Roberta. *Terceiro Setor espera retomar o crescimento* Gazeta Mercantil, 18/05/99, p.A-7.

MAYR, Letícia Maria; PARANHOS, Rodolfo. *Baía de Guanabara: Qualidade das Águas*. CIDS-FGV, Rio de Janeiro, 2000.

MARSHALL, T.H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1967.

MELO NETO, Francisco Paulo de & FROES, César; *Responsabilidade social e cidadania empresarial: a administração do terceiro setor*. Rio de Janeiro: Qualitymark Ed., 1999.

MMA – Ministério do Meio Ambiente, FNMA – Fundo Nacional do Meio Ambiente. *Relatório de Atividades*, 10 anos de atuação, Brasília-DF, 2001.

MMA – Ministério do Meio Ambiente, PNMA II – Programa Nacional do Meio Ambiente II. *Diagnóstico da Gestão Ambiental nas Unidades da Federação*. Relatório Final, Estado do Rio de Janeiro, Brasília-DF, 2001.

MOLLER, A. *Organizações Populares e Clientelismo Internacional*. Cadernos do CEAS, n. 133, maio/junho de 1991.

MORIN, Edgar, CARVALHO, Edgar de Assis, ALMEIDA, Maria da Conceição de, COELHO, Nelly Novaes, FIEDLER – FERRAN, Nelson. *Ética, Solidariedade e Cumplicidade*. SP: Ed. Palas Athena, 1998.

MUNDO & VIDA. *Alternativas em estudos ambientais*. Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, Ano 1, Vol.1, Niterói, 2000.

- OFFE, Claus. *Problemas Estruturais do Estado Capitalista*. RJ: Ed. Tempo Brasileiro, 1984.
- PETRAS, J. *A Metamorfose dos Intelectuais Latino-Americanos*. Revista Novos Rumos, n. 18/19 de 1990.
- REILLY, Charles. *Redistribuição de direitos e responsabilidades – Cidadania e Capital Social*. In BRESSER, Pereira, C. e GRAU, Nuria Cunnill, *O Público Não-Estatal na Reforma do Estado*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- ROSANVALLON, Pierre. *A Nova Questão social. Repensando o Estado Providência*. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998.
- SCHIMIDTZ, David e GOODIN, Robert. *Social Welfare and Individual Response. For and Against*. Cambridge University Press, 1998.
- SERVA, Maurício. *O Estado e as ONGs: uma parceria complexa*. Revista de Administração Pública . São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, v. 31, 1997
- SHELL BRASIL S/A Mapeamento e Caracterização dos Grupos de Interesse da Shell Brasil na Atividade de Perfuração na Bacia de Campos. Relatório de Pesquisa, Rio de Janeiro, 2001
- SOUZA, Herbert de. *As ONGs na Década de 90*. Em Desenvolvimento, Cooperação Internacional e as ONGs. Rio de Janeiro: IBASE/PNUD, 1992.
- TENDLER, Judith. *Bom Governo nos Trópicos: uma visão crítica*. Brasília: Editora ENAP e Ed. Renan, 1998.
- TOMASSINI, L., *El Giro Cultural de Nuestro Tiempo* in KLISKSBERG, B e TOMASSINI, L. *Capital Social y Cultura* Washington, BID e México, Fondo de Cultura Economica, 2000.
- TRAUMANN, Thomas. *O novo poder*, Revista Veja, 08/04/98, p. 11.
- VASSALO, Claudia. *Fazer o Bem Compensa*. Revista Exame, 22/04/98, p.24.
- VIEIRA, Liszt. *Os Argonautas da Cidadania, A Sociedade Civil na Globalização*. Ed. Record, Rio de Janeiro, 2001.
- VIEIRA, Liszt; BREDARIOL, Celso. *Cidadania e Política Ambiental*. Ed. Record, Rio de Janeiro, 1998.
- VIOLA, E. & BOEIRA, S. *A emergência do Ambientalismo Complexo-multissetorial no Brasil particularmente na Microrregião de Florianópolis nos anos 80*. In: *Universidade e Sociedade face à Política Ambiental Brasileira*. Anais do IV Seminário sobre Universidade e Meio Ambiente. UFSC/IBAMA, Florianópolis, nov 1990, pp. 41-99.

ZEE, David (coord.). *Baía de Guanabara: Dossiê Sócio-Ambiental*. CIDS-FGV, Rio de Janeiro, 2000.